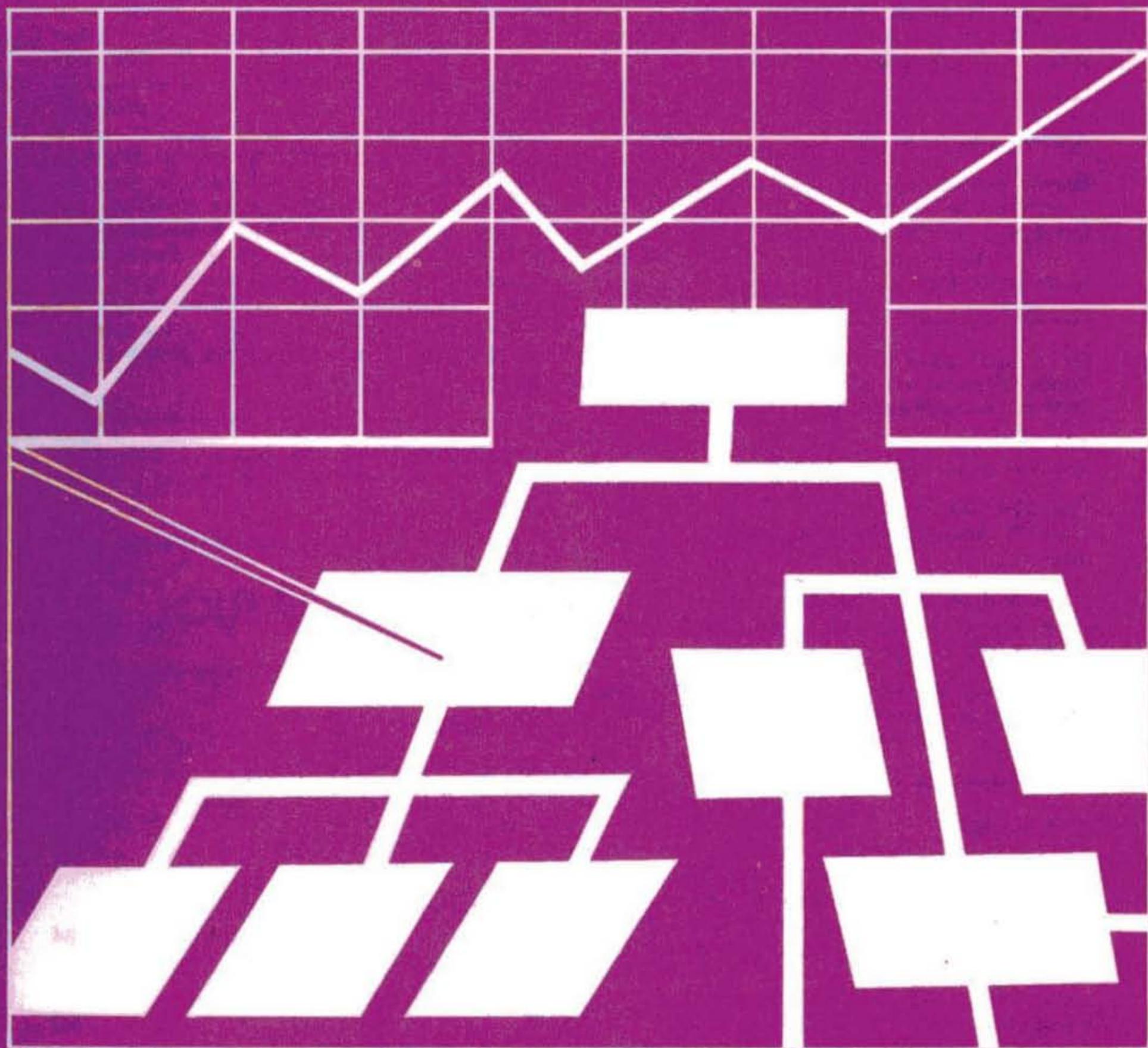


convergência

MAR — 1981 — ANO XIV — Nº 140



- **POVO, COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE, LIBERTAÇÃO**

Frei Leonardo Boff, OFM, e Frei Clodovis Boff, OSM — página 78

- **QUEM É RESPONSÁVEL PELA SAÚDE DA NAÇÃO?**

Pe. Hubert Lepargneur, MI — Página 90

- **O PROJETO COMUNITÁRIO COMO PRÁTICA DE FIDELIDADE À PROVÍNCIA, À CONGREGAÇÃO E À IGREJA**

Imão Joaquim Panini, EMS — Página 103

CONVERGÊNCIA

Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:

Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima

Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar
20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1981:

Brasil, taxa única (via terrestre ou aérea)	Cr\$ 790,00
Exterior: marítima	US\$ 17,00
aérea	US\$ 25,00
Número avulso	Cr\$ 79,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Correia Vasques, 25 — loja. 20211 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202. 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — 25600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa

O homem é um animal simbólico. Conhece também pelos SINAIS. Pelo sinal que vê, descobre o que não vê. Um SINAL indiferente, neutro, apático, ambíguo (como nossa capa) não diz nada a ninguém. Não significa. Não visibiliza nem pressupõe nem se vincula ao lastro de realidades que escapam à percepção sensorial. Sem critério teórico de configuração mental, o SINAL é vazio de conteúdo real. Destituído também da marca básica de referência com realidades imateriais, não tem ela e deixa a gente perplexo. Um contra-senso: SINAL que não sinaliza. Exatamente, o que **Você, Religioso e Religiosa**, não pode ser. Cada qual tem o seu projeto e o seu caminho. Cada caminho tem o seu

grau e o seu grão de inteligibilidade. Cabe a cada um escolher aquela mediação, que julga mais adequada, para traduzir, pela simples presença, o que leva em si de mais imponderável e típico: SER O SINAL de que Deus está agindo. Para perceber este mistério dos SINAIS e ver, assim, por dentro, exigem-se comunicação recíproca e amor mútuo. O que Você e Convergência tentam realizar nestes anos todos com relação à Vida Religiosa. Em 1981, sua revista CONVERGÊNCIA, a Revista dos Religiosos do Brasil, que vive a serviço de arraigadas convicções, vai ser um estímulo para que Você não ceda ao conformismo e perca de vista o reino do faz-de-conta de quem não dedicou ainda atenção perceptível à força proveniente da afinidade essencial entre as coisas mais transcendentais e o seu simbolismo. E se confirme: SER SINAL fundamentalmente inteligível pelo que Você é, pelo seu modo específico de ser. Como ao ser segue o agir, suas ações e Você mesmo, haverão de ser sinais transparentes. Mãos à obra.

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL	65
INFORME DA CRB	67
POVO, CEBs E LIBERTAÇÃO Frei Leonardo Boff, OFM Frei Clodovis Boff, OSM	78
CRISTO, A BOA-NOVA PARA OPRIMIDOS E OPRESSORES Irmã Dirce Carvalho, FSP	84
QUEM É RESPONSÁVEL PELA SAÚDE DA NAÇÃO? Pe. Hubert Lepargneur, MI	90
O PROJETO COMUNITÁRIO COMO PRÁTICA DE FIDELIDADE À PROVÍNCIA, À CONGREGAÇÃO E À IGREJA Irmão Joaquim Panini, FMS	103
COMUNICAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS Pe. Humberto Pietrogrande, SJ. Irmã Maria Olívia, Miss. de Jesus na SS. Eucaristia. Irmã Ana Rocha, FC	119

EDITORIAL

É manifesto o caráter dinâmico da Vida Religiosa ao longo da história da Igreja. O Espírito Santo, fonte e origem dos carismas dos Religiosos, é também aquele que lhes dá a liberdade interior e a força necessária para cumprir sua missão na Igreja de forma dinâmica e adaptada às novas situações e exigências históricas.

A descrição da Vida Religiosa como um "estado de vida" suscitou e suscita em muitas mentes a idéia de que ela é algo "estático". Nada mais contrário à sua própria essência. Precisamente o próprio desta vida é seu caráter de permanente busca. É sua condição de "projeto". Optar pelo seguimento de Jesus na Vida Religiosa é começar um "caminho", assumir um "projeto" que exige constante renovação.

Como diz o Vaticano II, a Vida Religiosa brota da vida e santidade da Igreja, pertence a sua dimensão carismática. E todas estas realidades se devem à ação do Espírito que foi dado à Igreja como origem de constante rejuvenescimento. Sua função é precisamente impedir o anquilosamento da instituição eclesial e fazê-la capaz de adaptar-se às incessantes mudanças da história. Tendo sua origem nesta fonte "pneumática", a Vida Religiosa tem uma especial mobilidade,

muito maior que as estruturas pertencentes à essência institucional da Igreja.

De tudo isto se depreende que seria uma aberração se a Vida Religiosa caísse no fixismo ou se transformasse num programa de segurança inalterável. É certo que a Vida Religiosa tem uma natureza permanente, mas é também constitutivo de sua essência estar sempre atenta aos sinais dos tempos para atender "o que o Espírito diz às Igrejas". É igualmente certo que cada família religiosa deve ser fiel ao carisma originante de sua fundação.

É evidente que esta fidelidade a uma vocação essencialmente carismática e, por isso mesmo, mais exposta ao risco e à insegurança, exige uma capacidade especial de discernimento e de lucidez crítica no Espírito. É fruto de uma autêntica vivência do mistério pascal na sua dupla dimensão de morte e ressurreição. Exige que o religioso caminhe na pobreza e na insegurança, em direção à plenitude da Vida, numa constante purificação e libertação de tudo aquilo que contradiz o dinamismo do Reino e sua força transformadora.

Neste sentido, a quaresma que vivemos cada ano na expectativa da celebração da Páscoa do Senhor é um sinal desta caminha-

da no risco e na audácia do Espírito. Faz recordar ao religioso, de maneira concreta, sua condição de peregrino e sua vocação de profeta. Leva-o a reassumir suas opções em favor do Reino e de sua justiça. O apelo à conversão, à renovação, à mudança constitui para ele uma nova ocasião de experimentar a força libertadora de Javé que opera nas ambigüidades e contradições da condição humana frágil e pecadora.

É na força do Espírito que se compreende adequadamente tanto o dinamismo quanto a Quaresma como ainda o dinamismo do projeto religioso. Ambos têm nele a sua origem e ambos estão orientados à plenitude da Vida que se inaugura na Páscoa de Jesus. E esta Vida é comunhão com o Pai, em seu Filho Jesus e com os irmãos.

Neste clima de quaresma e de conversão, **Convergência**, oferece este mês aos seus Leitores elementos de reflexão sobre a fraternidade evangélica nas suas várias dimensões e nas suas exigências de uma práxis de comunhão e de solidariedade com os irmãos, especialmente aqueles que são os prediletos do Reino, os pobres e os que sofrem.

O artigo de Frei Leonardo Boff, OFM, e de Frei Clodovis Boff, OSM, **Povo, CEBs e Libertação** descreve as CEBs como "uma das expressões do espírito comunitário que veio a ser uma das tendências de toda a vida moderna".

Cristo, a boa-nova para oprimidos e opressores é uma interessante reflexão da Ir. Dirce Carvalho, sobre os principais fatores de despersonalização dos marginalizados. Este conjunto de fatores faz com que o marginalizado tenha de si mesmo um conceito negativo não percebendo sua dignidade de Filho de Deus, sujeito de direitos e de deveres.

A Quaresma, na Igreja do Brasil, marca, já há vários anos, um momento forte de evangelização com a Campanha da Fraternidade. Este ano o tema da Campanha é a SAÚDE. O artigo do Pe. Hubert Lepargneur, MI, **Quem é responsável pela saúde da nação**, focaliza aspectos cruciais desta problemática social do país e oferece pistas interessantes de ação.

O artigo do Ir. Joaquim Panini, FMS, aborda uma dimensão interessante do **Projeto de Vida Comunitária: a prática da fidelidade à Província, à Congregação, à Igreja**. O artigo oferece vasto material de reflexão, análise e revisão às comunidades desejosas de vivenciar o projeto de vida como expressão de fidelidade à graça carismática da própria vocação na Igreja.

Na linha de **Comunicação de Experiências**, **Convergência** oferece este mês aos seus Leitores, três interessantes experiências vividas por Religiosos que se dedicam à Pastoral da Saúde.

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

PELAS REGIONAIS

Na Convergência de janeiro/fevereiro publicamos notícias sobre várias das Assembléias Regionais Eletivas da CRB, realizadas de setembro a novembro de 1980. Neste número completamos nossa informação com notícias de todas as outras Assembléias Regionais Eletivas.

CRB — MANAUS

A XII Assembléia da CRB da Regional de Manaus, reunida nos dias 6, 7 e 8 de outubro, em Manaus, após aprofundados estudos em grupo e debates em Plenário sobre o tema apresentado: **Comunhão e participação na construção de uma Igreja autóctone** que foi estudado sob três aspectos, elaborou o seguinte documento como síntese de seus trabalhos:

1. Formação espiritual na formação de uma Igreja autóctone

Entendemos por Igreja autóctone, a que tenha características regionais e valores típicos. Dentro desta compreensão, tentamos situar o agente de pastoral emergente desta região que tem características peculiares.

“A religiosidade popular não só é objeto de evangelização, mas também enquanto contém encarnada a palavra de Deus, é uma forma ativa, com que o povo evangeliza a si próprio” (Puebla, 450). Diante disso deve a comunidade formadora aproveitar tudo que há de melhor no jovem formando e, ao

mesmo tempo, dar-lhe um instrumental de fé capaz de integrá-lo na Igreja local e universal.

A vivência comunitária e a encarnação na realidade, numa linha de opção pelos pobres e pela justiça, deverá construir o substrato educativo na construção de uma Igreja autóctone. Neste processo de integração, temos que ter presentes os valores da nossa região, e os modelos vivos e atuantes, comprometidos com a Igreja de hoje.

A comunidade formadora, deve ser modelo, “pois, a vida consagrada é, por si mesma, evangelizadora” (Puebla, 721). É necessário purificar as motivações iniciais que são diversas, passando dessas para o conhecimento existencial de Cristo. A comunidade formadora deverá aproveitar estas motivações, às vezes insuficientes, como um fio condutor, que levará o formando a níveis mais profundos. Este crescimento é um desabrochar de suas potencialidades, o formando não pode perder suas raízes; precisa aceitar-se e, ao mesmo tempo, sentir-se aceito pela comunidade formadora. Para isso, é necessário o conhecimento do ambiente e da família do formando.

2. Formar religiosos abertos à participação de leigos numa Igreja autóctone

A Igreja autóctone não pode jamais estar desligada da Igreja universal. Cristo, querendo fazer algo pelo homem, fez-se homem. Hoje, para atender às necessidades regionais é necessário fazer-se um com o povo de Deus, como fidelidade à própria encarnação do Verbo. Portanto, é necessário criar ministérios como resposta às necessidades da comunidade, e, ao mesmo tempo, evitar que estes ministérios sejam apenas solução de emergência, mas fruto da ação do Espírito Santo — vivo e atuante, na comunidade.

3. Formação intelectual numa Igreja de características regionais

O CENESC é um dos órgãos responsáveis pela formação do agente de pastoral, incluindo sacerdotes, religiosos(as) e leigos. Constatamos e aceitamos como fato positivo sua existência e queremos que ele seja cada vez mais uma resposta ao Povo de Deus e um centro de pesquisas e irradiação dos valores religiosos, tais como: o contato com o povo, luta pela vida, uma vida pastoral intensa; consciência crítica a respeito do movimento histórico do país e da Igreja.

Propostas

1. Que a CRB concretize uma linha de atuação para facilitar a caminhada dos religiosos, a fim de que seja mais harmônica. Neste sentido, promova cursos de reciclagem.

2. Que a CRB, frente à dispersão de forças no campo educacional, incentive e dê pleno apoio à comissão criada para tratar junto aos órgãos governamentais, CNBB e AEC, da elaboração

de convênio, educação religiosa na rede (oficial) de ensino e outros problemas surgidos no campo educacional, para que sejam resolvidos com justiça e equidade.

3. Que a CRB continue apoiando a equipe de formadores, ajudando-a a descobrir sempre novas pistas para uma maior integração na Igreja local.

4. Que a CRB vele para que os núcleos não se percam na dimensão do fazer, mas concentrem suas energias no "ser religioso".

5. Que a CRB em união com a CNBB promova estudos e seminários sobre a cultura da região e religiosidade popular.

6. Que a CRB incentive as congregações religiosas a formarem seus candidatos dentro da região para a qual se destinam.

7. Que a CRB estimule a experiência de pequenas comunidades inseridas nos meios populares. — Respeitando as obras atuais, promova cursos, orientados para uma mudança gradual, segundo Puebla.

8. Que a CRB incentive mais a presença dos bispos nas suas Assembléias; aos padres seculares e aos leigos engajados e qualificados conceda-se a possibilidade de participação nessas Assembléias quando isso concorra para uma maior colaboração, conhecimento recíproco e troca de experiência.

9. Que o CENESC, fundado e reconhecido pela CNBB e CRB Norte I, para a formação de agentes de pastoral, receba o apoio efetivo das congregações religiosas e das autoridades eclesiais, através de recursos humanos e financeiros.

Esta Assembléia, após a apresentação, reflexão e debate sobre o assunto Formação Intelectual numa Igreja de características regionais, oferece ao

CENESC, as sugestões e solicitações seguintes:

1. Realização de um curso de História da Igreja na Amazônia, para religiosos.

2. Que o CENESC continue a valorizar a presença dos cenesquianos na educação religiosa da Rede Estadual de Ensino, credenciando-os para que sejam utilizados por ela.

3. Que o CENESC continue a se preocupar com a atualização do seu corpo Docente, para que este seja cada vez mais encarnado na Igreja local.

4. Que se forme no CENESC uma equipe permanente de reflexão integrada por religiosos e leigos, com a finalidade de estudar as características do povo da Amazônia Ocidental e orientar, segundo estas características, as experiências litúrgicas, catequéticas que se fazem na região.

CRB — PORTO ALEGRE

Local: Casa de Retiro dos Irmãos Maristas — Cerrito — Santa Maria. **Participantes:** Boa presença de Provinciais, de representantes, coordenadores de Núcleos diocesanos. No primeiro dia esteve presente D. Servílio Conte, bispo e vigário geral, representando D. Ivo Lorscheiter. Foram propostos e aprovados como Presidente da Assembléia Pe. Leandro Rossa, SDB, e como Moderadores Fr. Carlos Zagonel, Irmão Roque Sallet e Ir. Ma. Aparecida Guimarães.

Temário: O tema central foi: V.R. inserida em meios populares — ambiente rural e periferias — com objetivos de: a) Detectar o novo nos elementos fundamentais da V.R.: — experiência de Deus, — vida fraterna, — missão. b) Verificar a partir do confronto das formas novas e tradicionais, a identidade do religioso e sua espiritualidade. c) Buscar elementos inspiradores para integração e ação conjunto da CRB/RS.

A dinâmica: Seguindo o método: Ver, Julgar, Agir, consistiu numa reflexão em grupo e plenário a partir de relatos apresentados por religiosos que vivem e/ou atuam em ambiente rural e periferia. Em seguida levantamento dos aspectos mais significativos e painel com os expositores.

Foram apresentadas 4 experiências muito concretas e vivenciadas, procurando evidenciar em cada uma delas: — Por que e como nasceu a experiência, como se situa aí a Comunidade religiosa, como está acontecendo a vida desta comunidade: vida fraterna, oração, trabalho pastoral.

A reflexão do plenário e diálogo com os expositores foram muito ricos e se refletem nas 8 conclusões finais da Assembléia que se apresentam como: "Sugestões de propostas para a CRB e Provinciais".

Liturgia: A animação espiritual bem preparada, foi dinamizada pelo Pe. Geraldo Boniatti, acompanhando bem o temário. Houve uma celebração penitencial muito marcante.

O Relatório trienal: foi apresentado numa síntese pelo Pe. Isidro Sallet, SJ, mas não houve reflexão sobre o mesmo.

Diretoria e Conselho Superior eleitos. Após a prévia, foram eleitos: **Presidente:** Pe. Isidro Sallet, SJ (reeleito). **Diretores:** Fr. Adelino Pilonetto, OFM cap., Ir. Alfredo Crestani, FMS, Ir. Rosane Sturm, Fr. Penit. Car., Ir. Ida Maria, ICM.

Conselho Superior: Irmão Roque Sallet, FMS, Irmã Estelita Tonial, Pe. Orides Ballardin, Irmã Mariza Oliveira, FMA, Irmã Guiomar Chemello.

Avaliação. Pela Assembléia percebe-se uma Regional com muita vida, muitas possibilidades de pessoal, haja visto o número de Equipes de serviço ligadas à CRB/RS (10); bem organizada e com atividades bem planejadas e con-

cretizadas. O clima foi de muita liberdade e alegria e consciência de Igreja na atual caminhada. Foi marcada a próxima Assembléia Regional para 09 a 11 de outubro, 1981.

Sugestão de propostas para CRB e provinciais

1. Promover iniciativas que, à luz do Evangelho, animem a V.R. em todos os ambientes, a partir da vivência de religiosos inseridos nos meios populares e da experiência secular da V.R. na Igreja.

2. Tomar as providências que julgar oportunas para auxiliar os religiosos a adquirir e desenvolver uma espiritualidade no quadro de ação e a redimensioná-la na perspectiva da opção pelo pobre.

3. Realizar Seminários e Cursos sobre dimensão político-ideológica da V.R. para todos os Religiosos especialmente para os que se inserem nos meios pobres.

4. Oportunizar cursos de preparação para pregadores(as) de retiro, dentro das opções de Puebla.

5. Na perspectiva da opção pelo pobre, que a CRB assuma a preparação de formadores em dois momentos: a) Constituindo uma equipe de formadores com o objetivo de refletir sobre o processo de formação. b) Organizando cursos para formadores (promotores vocacionais, responsáveis pela etapa inicial e permanente) e assessorando as equipes de formação das Províncias, quando solicitada.

6. Que se dê continuidade aos programas existentes, especialmente ao **CEFAC**.

7. A CRB e/ou os Provinciais, incentivem o apoio mútuo, maior integração intercongregacional e de organismos de Igreja (CNBB, AEC e outros), oferecend-

do aos Religiosos instrumentos de superação dos conflitos que surgem do enfoque na dimensão de missão da VR a partir da opção preferencial pelos pobres.

8. Que a CRB incentive os religiosos na atuação junto ao agricultor, oferecendo curso(s) com possível auxílio da FAG (Fundação Agrária Gaúcha) e CPT (Comissão Pastoral da Terra), para religiosos interessados em entender a situação do agricultor, hoje, e atuar no meio rural.

CRB — RECIFE

A XVI Assembléia Regional da CRB — Recife, realizou-se nos dias 14 e 15/10/80 em Olinda/PE. Estiveram presentes o Presidente e Diretoria cessante, o Presidente da CRB Nacional, Pe. Décio Batista Teixeira, SDB, e o Pe. Manuel Losada (mercedário) da Diretoria Nacional e também os Superiores Maiores, representantes de Núcleos e Setores, num total de 65 pessoas. Os trabalhos de revisão do triênio e de elaboração de pistas foram feitos com muito empenho.

Agradecemos os votos de bom êxito que as Regionais da CRB nos enviaram e a presença dos Bispos D. José Larmartine Soares e Dom Acácio R. Alves bem como as palavras e o testemunho do Pe. Vito Miracapillo que esteve conosco por um pouco de tempo e nos deixou impressionados com a profundidade de sua fé, coragem e amor aos pobres.

Queremos agradecer de público à Diretoria cessante pelo serviço prestado com muita solicitude à Regional e apresentar a NOVA DIRETORIA para o TRIÊNIO 81/83. **Presidente:** Pe. Antônio Possamai, SDB. **Diretores:** Ir. Orlando Cunha Lima, Marista, Ir. Patricia Mc Cluskey, S.I.C.M., Ir. Terezia Mrázová, CSA, Ir. Georgette Desrochers, I.A.

Proposições

I. Formação

1. Que a CRB coloque como linha prioritária a formação inicial e permanente do religioso na perspectiva do "ser religioso hoje".

2. Considerando esta linha prioritária da CRB, propõe-se, em nível Regional:

— assembléia para refletir e avaliar o problema da formação inicial;

— treinamento para formadores;

— encontros de formandos e formadores, à semelhança do que existe em Recife, nos Núcleos mais afastados, onde existem formandos;

— integração entre os setores de formação e vocações;

— cursos de formação permanente para diferentes faixas etárias (tipo CERNE).

II. Saúde

1. Que a CRB desenvolva um trabalho de conscientização dos religiosos em vista da pastoral da saúde comunitária.

2. Que a CRB estimule os Superiores Maiores a reverem a validade do trabalho dos religiosos dentro dos hospitais.

III. Educação

1. Que a CRB se empenhe em promover um trabalho de preparação dos religiosos educadores, visando a educação popular conscientizadora.

2. Que a CRB continue questionando os colégios para que se coloquem cada vez mais na ótica dos empobrecidos.

IV. Núcleos

Que a CRB promova treinamentos para coordenadores de Núcleos e de comunidades e faça visitas de apoio e questionamento aos Núcleos.

V. Superiores Maiores

1. Que a reunião dos Superiores Maiores seja feita com tempo suficiente para troca de experiências e debate sobre questões trazidas pelos diferentes núcleos.

2. Que a CRB motive os Superiores Maiores a participarem de suas atividades, inclusive quanto ao setor formação, integrando seus formadores e formandos no POSTULINTER, NOVINTER E JUNINTER.

CRB — RIO DE JANEIRO

Cerca de 100 participantes, numerosos superiores maiores. Todos os representantes dos núcleos estavam presentes, exceto o de Volta Redonda. A temática da Assembléia girou em torno do documento nº 8 da CLAR: seus capítulos sobre "a identidade do religioso na Igreja local" e a "Formação dos novos religiosos".

Os dois conferencistas da Assembléia, após uma breve exposição de 30 minutos, elaboraram perguntas a serem discutidas em grupo, cuja síntese era apresentada em plenário. É necessário destacar a dinâmica de entrosamento, realizada no início da Assembléia e coordenada pela irmã Joana de Barros Costa: alcançou seu objetivo de criar um ambiente de encontro fraterno.

O relatório da Regional restringiu-se ao último ano 79-80, já que a Diretoria cessante assumira em agosto p.p. Assim mesmo, a Diretoria conseguiu continuar a dinamizar várias atividades já programadas. Liturgia muito bem programada e apresentada em brochura; irmã Tereza Nunes coordenou-a.

As conclusões, bastante concretas, se preocuparam sobretudo com a área da Formação e a dinamização dos núcleos.

Diretoria eleita: Fr. Neylor J. Tonin, OFM (**Presidente**). Ir. Basílio de Resende, OFM, Pe. Ronan Leon, O.A., Ir. Ma. da Glória Bahia Bollais, R.S., Ir. Yone Coelho Leite, F.C.

CRB — SALVADOR

Data: 23 e 24 de setembro de 1980.
Local: CTL, Itapoã, Salvador. **Participantes:** 86; Superiores maiores: 22; delegados de superiores maiores: 30; coordenadores e delegados de núcleos: 27; diretoria nacional: 2; diretoria regional: 4; secretariado: 3; convidados: 2. Todos os **Núcleos Diocesanos** estavam representados.

Coordenação da Assembléia: Foram eleitos para Presidente e Moderadores: Pe. Bueno Schizzerotto, sj., Ir. Margaret Mary Cain, OSU, Ir. Maria da Conceição Galvão Ribeiro, FHIC. Secretária: Ir. M^ª Rosália Villas-Bôas, Feliciano.

Liturgia esteve a cargo das Beneditinas do Mosteiro de Salvador. A Eucaristia de Encerramento foi celebrada por Dom Thomás Guilherme Murphy, Bispo Auxiliar de Salvador.

Eleição da nova Diretoria: PRESIDENTE: Pe. Dionísio Schluchetti, sj. (re-eleito). I Diretora: (Vice-Presidente): Ir. M^ª da Conceição Galvão Ribeiro, FHIC. II Diretor: Pe. Christian de Paul de Barchifontaine, Redentorista. I Conselheira: Ir. Ana Agostinho Roy, Auxiliar do Clero. II Conselheira: Ir. Vera Lúcia Parreiras Horta, OSB. Suplente: Frei Urbano Gregório de Souza, ofmcap.

Confirmada a Secretaria Executiva: Pe. Xavier Nichele sj; Ir. Verônica Andrade; Ir. Solange Gisiger.

Proposições da Assembléia

A XIV Assembléia Regional Eletiva da CRB, após ouvir o relatório da Diretoria cessante, explicitado pelos relatórios dos Sub-Regionais estabelece como li-

nhas prioritárias para o triênio 1980/83, as seguintes proposições:

I. Educação para a Vida Religiosa. Que a CRB continue a promover e dinamizar, em vista ao surgimento de uma nova imagem e nova espiritualidade da VR, a formação inicial e permanente, pautada na consigna de Puebla: "Liberar para a Comunhão e a Participação", de forma descentralizada, de acordo com a realidade e especial sensibilidade ao interior. Para isto:

1. Aceitam-se as propostas de criação do Postulinter e do Juniorado Intercongregacional.

2. Dê-se continuidade ao Noviciado Intercongregacional.

3. Promova-se uma pastoral vocacional descentralizada.

4. Assessoria, apoio e promoção de casas de formação no interior (presença e subsídios) atingindo formandos e formadores.

5. Dê-se continuidade à formação permanente: orientadores espirituais; coordenadores de comunidade, cursos de aprofundamento, retiros dirigidos.

II. Colégio e Educação de Base. Considerando a prioridade que Puebla dá ao trabalho junto ao jovem, a CRB, em entrosamento com a CNBB e a AEC, procure proporcionar aos religiosos educadores assessoria e diretrizes claras para uma prática educativa que tenha como objetivo uma sociedade mais justa visando a evangelização libertadora. Atenção preferencial pela educação popular, e que a própria educação seja libertadora.

III. Inserção. Que a CRB encontre posições mais corajosas para ajudar os religiosos, seja na inserção, seja na reflexão da VR, a partir da realidade, no sentido de uma "transformação agressiva" (cfr. D. Ivo L. — XII AGO). Apóie

e assessorie as comunidades inseridas na periferia e no interior; promova inserção no meio operário. Ajude na preparação dos que se dispõem a trabalhar de modo mais consciente junto ao povo.

IV. CRB — CNBB. Promova-se a ação conjunta, sobretudo nas áreas de pastoral de saúde, indigenista, da terra, de pescadores, bairros e CEBs.

V. Religiosos. Promova-se a reflexão sobre o religioso presbítero e não-presbítero e sua identidade.

Moção: Sensibilização dos Responsáveis (Provinciais) em vista à melhor distribuição dos religiosos no sentido de atender à periferia e ao interior e à formação dos novos no local, para o surgimento de uma Vida Religiosa de base.

CRB — SÃO PAULO

1. TEMA: O processo de formação no "libertar para comunhão e participação".
Explicítadores: a) Pe. Joaquim Pereira: manhã de Espiritualidade. A Assembléia pode ser uma experiência de "liberdade", "Comunhão e participação" e "Formação". b) Pe. José Belmiro: Síntese da XII Assembléia Geral ordinária da CRB Nacional. c) D. Mauro Morelli: Os desafios da Igreja de S. Paulo aos Religiosos. d) Apresentação de experiências de formação: Inicial: Irmãs de Jesus Crucificado e Camilianos. Permanente: projeto do centro Carlita, Scalabrino (Irmãs) e Curso Cefepal (Centro de Estudos Franciscanos).

2. PARTICIPANTES: 180 pessoas. Convidados: D. Mauro e D. Davi Picão; presença de representantes dos núcleos.

3. DINÂMICA DOS TRABALHOS: Explicitação do tema, muito trabalho em grupos com períodos longos e muito tempo para plenário.

4. RELATÓRIO DA REGIONAL: Foi apresentado todo o trabalho realizado

pela regional nos diversos níveis e núcleos. Realmente foi feito um trabalho intenso.

5. LITURGIA: Bem preparada e realizada.

6. AVALIAÇÃO: A Assembléia foi muito bem preparada e muito bem conduzida. Houve muito tempo para reflexão nos grupos e ampla possibilidade de manifestações em plenário. Apesar do tema ser delicado e difícil, embora fundamental, a assembléia transcorreu em clima cordial e tranquilo. Percebe-se que a temática e as conclusões são aceitas teoricamente pela maioria, mas não praticamente.

7. NOVA DIRETORIA: Presidente: Pe. Joaquim Pereira. Diretoria: Ir. Wilma Moreira, Ir. Maria Stella Coelho, Pe. José Ulisses e Pe. Olívio Bedin.

8. PROPOSTAS: Reunidos nesta XVI Assembléia da CRB de São Paulo, à luz da XII Assembléia da CRB Nacional que aprofundou o tema central de Puebla "LIBERTAR PARA A COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO", dando continuidade a esta reflexão e aplicando-a a um aspecto fundamental do presente e futuro da Vida Religiosa — a Formação — nos debruçamos sobre o seguinte tema: O PROCESSO DE FORMAÇÃO NO LIBERTAR PARA A COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO. Sendo a Vida Religiosa essencialmente carismática e profética — vanguarda da Igreja — ela deve estar especialmente atenta aos sinais dos tempos, sentindo os apelos de Deus a partir da realidade latino-americana e da Igreja Particular, que nos convida: a uma opção pelos empobrecidos e a uma inserção nos meios populares; fiéis aos valores permanentes desta mesma Vida Religiosa, vividos de maneira nova e ao carisma específico de cada Congregação; em clima de profunda confiança no Senhor, pois sabedores de nossas limitações e dificuldades: PRO-POMOS:

01. Que a CRB-SP incentive e ajude a inserção dos Religiosos nos meios populares, proporcionando-lhes condições para assumirem esta realidade que aparece como uma experiência-sinal de Deus encarnado, numa dimensão comunitária e solidária com o povo.

02. Que as atividades oferecidas pela Regional sejam reestruturadas atendendo à formação para a justiça e solidariedade, através de uma visão crítica da realidade sócio-político-econômica, à luz de critérios evangélicos.

03. Que todos os Religiosos desta Regional tomem consciência desse apelo fundamental:

a) Nos vários níveis: Formadores e Formandos, Coordenadores locais, Comunidades Religiosas, Provinciais, Núcleos e Setores.

b) De diversos modos: Cursos, Encontros, Reciclagens, Grupos de Reflexão com avaliação dos participantes, dos docentes e da Equipe da CRB. Seminários de estudos e trocas de experiências das comunidades formadoras inseridas nos meios populares. Das comunidades inseridas nos meios populares. Subsídios de reflexão através dos Meios de Comunicação Social **NOSSO BOLETIM; MOMENTOS DE ENCONTRO; O SÃO PAULO;** etc.).

c) Com os seguintes conteúdos: Realidade Brasileira, Religiosidade popular, CEB's, Teologia da Libertação, Releitura da Palavra de Deus a partir do empobrecido, Espiritualidade, Dimensão missionária ecumênica da Igreja, Desenvolvimento harmônico da personalidade, Metodologia da Ação Pastoral.

d) E com a assessoria da EQUIPE DE APOIO no planejamento e avaliação dessas atividades.

CRB — SÃO LUÍS

Realizou-se em São Luís, nos dias 21 a 23 de outubro de 1980, a XII Assem-

bléia Regional Eletiva. Foram dias muito ricos de convivência fraterna na Comunhão e Participação. No último dia tivemos a eleição da nova Diretoria para o triênio 81/83, a qual ficou assim constituída: **Presidente:** Pe. Antônio Barônio, SJ. **Diretores:** Pe. Aluízio Pereira da Costa, CM, Pe. Rafael Gasperoni, Comboniano, Ir. Maria das Dores Almeida, Dorotéia, Ir. Maria do Carmo S. Monteiro, MJC.

Proposições

"LIBERTAR PARA A COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO". Em comunhão com a CRB-NACIONAL e com a CNBB, a REGIONAL DE SÃO LUÍS assume, como motivação global de todas as suas atividades, a consigna inspirada no Documento de Puebla, "Libertar para a COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO". Para viabilizá-la, escolhe as seguintes prioridades:

A. **CRB:** Visando o fortalecimento da CRB-Regional como instrumento de "Comunhão e participação", assumimos os seguintes pontos: 1. **Regional** — Sua Diretoria deve ser mais incisiva em sua ação, oferecendo às bases, meios para uma inserção mais crítica na realidade. 2. **Núcleos** — A Diretoria Regional deve preocupar-se com a vitalização dos Núcleos já existentes e promover sua articulação nas dioceses onde não existem ainda.

B. **FORMAÇÃO.** Conscientes da importância da Formação, como caminho para a "comunhão e participação", enquanto educação libertadora, indicamos:

1. **Grupo de Formadores.** A CRB deve incentivar a ação do Grupo de Formadores, a nível Regional visando: uma preparação mais sólida do Formador, através de encontros, seminários, etc.; uma reflexão em comum, sobre as experiências de Formação, na linha da "opção preferencial pelos pobres"; a elaboração de um planejamento global para

as várias etapas da Formação Inicial, concretizando o Noviciado Intercongregacional nos termos do ante-Projeto apresentado, incentivando o Juniorato e a realização de encontros de Aspirantes e Postulantes, nos Núcleos.

2. Formação Permanente. A CRB deve criar oportunidades para a Formação Permanente, possibilitando, especialmente, um maior conhecimento dos principais aspectos da realidade e seus problemas (focalizando os problemas de

grilagem, da Alcoa e de invasões) e instando os Religiosos a um posicionamento crítico frente à realidade, de modo a inserir-se, efetivamente, no processo global de libertação.

C. PEQUENAS COMUNIDADES. Sendo as Pequenas Comunidades inseridas nos meios populares, campo avançado de "comunhão e participação", a CRB deve acompanhá-las e oferecer-lhes subsídios para tornar mais significativa sua presença entre os pobres.

ENCONTRO DA DIRETORIA E EXECUTIVO NACIONAIS COM OS PRESIDENTES E SECRETÁRIOS EXECUTIVOS REGIONAIS

Realizou-se de 08 a 12 de novembro de 1980, na Casa de Retiros da Gávea, no Rio de Janeiro, o encontro anual da Diretoria e Executivo Nacionais com os Presidentes e Secretários Executivos regionais. O objetivo do encontro foi o balanço da caminhada das Regionais no último ano e a busca conjunta de perspectivas e linhas comuns de ação, a partir das conclusões da XII AGO e das Assembléias Regionais. Posto que as Assembléias Regionais foram eletivas, muitos dos Presidentes e Secretários Executivos eram recém-eleitos ou recém-nomeados.

O encontro transcorreu num clima muito fraterno e foi de grande proveito para a vida da CRB, como organismo nacional a serviço da Vida Religiosa. O resultado do encontro foi expresso no seguinte texto:

Introdução

Reunidos no Rio de Janeiro de 08 a 12 de novembro de 1980, a Diretoria e Executivo da CRB Nacional com os Presidentes e Secretários Executivos Regionais após:

- avaliar amplamente a caminhada das Regionais no último triênio, ressaltando principalmente os aspectos mais significativos; as dificuldades mais acentuadas; os principais avanços e as perspectivas ou pistas de caminhada,
- confrontar a realidade percebida com as diretrizes da XII AGO e das Assembléias regionais,

PROPÕEM-SE as seguintes linhas comuns a serem impulsionadas neste triênio — 1981-1983, adaptadas e ampliadas às distintas realidades das diversas regionais:

Linhas comuns

I — FORMAÇÃO. Que se continue a promover e dinamizar a formação inicial e permanente contribuindo assim para uma nova imagem e nova espiritualidade da vida religiosa, enfatizando: a libertação para a Comunhão e Participação, a opção preferencial pelos pobres, a formação para e a partir da inserção, a formação da consciência crítica, a integração do ser e agir do religioso.

Propõe-se de modo especial: a criação, a nível regional, de cursos tipo

CERNE e CETESP, cursos para coordenadores de núcleos e de comunidades e de orientadores espirituais e coordenadores de Retiros.

II — JUVENTUDE E EDUCAÇÃO. Que a CRB em entrosamento com a CNBB e AEC, considerando a prioridade que Puebla dá a opção preferencial pelos jovens, procure proporcionar aos religiosos educadores assessoria e diretrizes claras para uma prática educativa que tenha como objetivo uma sociedade mais justa visando uma evangelização libertadora.

Propõe-se de modo especial: uma maior dinamização dos GREs regionais a nível de reflexão e busca de pistas, unindo forças com a AEC na concretização desse objetivo. A procura de uma alternativa educacional voltada para a educação popular e de apoio às iniciativas já previstas.

III — INSERÇÃO. Que a CRB a nível Nacional e Regional incentive, acompanhe, avalie e oriente os religiosos em sua inserção na Igreja Particular, principalmente nos ambientes populares, meios marginalizados e postos de vanguarda missionária.

PROPÕE-SE de modo especial que a CRB Nacional e os Regionais ofereçam

maiores oportunidades de cursos e encontros para atender não só ao número crescente de religiosos inseridos nesses campos como também à complexidade da problemática inerente a essa inserção.

IV — SAÚDE. Que a CRB continue a se preocupar com a área da Saúde dando maior ênfase à saúde preventiva popular e comunitária. Que a CRB continue trabalhando junto aos religiosos que atuam nesse campo levando-os a uma atividade de questionamento sobre o modo de sua presença evangelizadora nessa área.

V — CRB/CNBB. Que a CRB incentive os religiosos para a Pastoral indígena e da Terra colaborando assim com a CNBB e as Igrejas Particulares nos trabalhos da CPT e do CIMI. Que a CRB, na medida do possível, procure trabalhar junto com a CNBB também na linha de atividades. Que a CRB promova uma sempre maior integração entre bispos e superiores maiores.

VI — DESCENTRALIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA CRB REGIONAL. Que a vida religiosa nas regionais seja dinamizada e revitalizada atingindo também o interior através de setorização e da nucleação.

CAMINHADA DA FORMAÇÃO PERMANENTE NA CRB-CERNE

Mais um ano, este de 1980, viu acontecer os cursos programados na linha da formação permanente. Em quatro períodos, dois no primeiro e dois no segundo semestre, foram reunidos 164 religiosos e religiosas vindos do Acre ao Rio Grande do Sul, de 45 Congregações diferentes, todos em busca de reflexão e oração mais profunda, em busca de tempo de silêncio para uma releitura de suas próprias experiências à luz da Palavra de Deus. Vamos ouvir

alguns textos da avaliação final dos cursistas.

"O CERNE foi para mim uma oportunidade de parar e ouvir melhor o apelo de Deus. Pude fazer uma grande experiência — ser eu mesmo. Redescobrir o valor da VIDA".

"O CERNE foi uma oportunidade para re-situar-me frente a mim mesmo e frente a minha consagração religiosa".

"O CERNE me ajudou a ver que devo assumir a comunidade como ela é, deixando liberdade às pessoas de serem elas mesmas".

"Marcou-me profundamente. Torna-me a consciência da minha realidade histórica, despertando-me para o senso crítico e discernimento".

"Os dias de oração orientada e o retiro dirigido foram marcantes. Redescobri o valor da oração".

"O curso enriqueceu-me espiritualmente abrindo-me novos caminhos e impulsionando-me para uma maior abertura aos irmãos".

"O retiro dirigido e a importância dada à oração marcaram-me profundamente".

Pelo que se pode perceber, a dinâmica do curso parece conseguir levar as

pessoas a uma tomada de consciência de seus valores, suas possibilidades, suas limitações e a um assumir-se com novo élan para caminhar. É motivo de grande alegria para todos quantos se sentem envolvidos nessa programação, poder constatar que os ex-cernistas vão se engajando mais efetivamente numa Igreja que fez opção pelos pobres; que ouve os apelos da realidade do povo brasileiro e que permite ao religioso rever a sua resposta como pessoa consagrada a serviço dos irmãos. Por tudo isso louvamos ao Senhor que é o "Único Autor" de todos os bens.

Três outros cursos estão programados para 1981, nas seguintes datas:

CERNE XII — de 30 de março a 15 de maio de 1981 — vagas já preenchidas.

CERNE XIII — de 3 de agosto a 19 de setembro 1981 — inscrições abertas.

CERNE XIV — de 5 de outubro a 20 de novembro de 1981 — inscrições abertas.

UM APELO: PONTA DAS PEDRAS, MARAJÓ, PA

Pe. Francisco Rubeaux, Presidente da CRB, Regional de Belém:

A presente é um apelo da Diocese de Ponta das Pedras, acompanhado de muitas orações e esperança.

Ponta das Pedras ocupa uma área de 89.681 quilômetros quadrados, onde vivem mais de 68.300 habitantes, com seis paróquias e 134 Comunidades Eclesiais de Base atendidas por, somente, 8 padres. Estes se debatem entre o atendimento estritamente pastoral e a precária realidade social, que exige alguma solução, especialmente no setor educação e saúde.

Dentro de Marajó, auxiliando seus padres, o Sr. Bispo, Dom Ângelo Rivatto, encarregou-me de dirigir a Vossa Reverendíssima este apelo no sentido de

ajudá-lo a conseguir algumas religiosas que desejam fazer uma experiência missionária no Marajó, particularmente Santa Cruz e Curralinho, onde já existem Escola e Posto de Saúde. Tem-se escrito e o Senhor Bispo tem visitado Casas Religiosas diversas, mas sem resultado imediato.

A Diocese tem já casa pronta com o necessário, garantindo alimentação, especialmente nos primeiros anos de implantação. O caridoso empenho de Vossa Reverendíssima saberá achar caminhos para nos ajudar.

Pedindo desculpas pelo incômodo que causamos, com muitos agradecimentos, firmo-me, em Jesus Cristo,

Prof. Francisco Chagas da Costa, Secretário para Assuntos Pastorais.

POVO, COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE, LIBERTAÇÃO

*As Comunidades Eclesiais de Base constituem
uma bênção de Deus para nossa
história e constituem a resposta que a fé
eclesial dá aos desafios do povo oprimido e crente.*

Frei Leonardo Boff, OFM / Petrópolis, RJ

Frei Clodovis Boff, OSM / Rio de Janeiro, RJ

I. Comunidades eclesiais de base: o povo oprimido e crente

1. O espírito comunitário é uma tendência de toda a vida moderna: ao lado das grandes formações sociais, surgem por todo lado grupos pequenos que querem viver relações mais imediatas e fraternas. As comunidades eclesiais de base também são expressão deste espírito. Ao lado disto, existe o fato lamentável da crise da instituição eclesial pela falta de ministros ordenados no sacramento da ordem. Sem a presença deles, a comunidade fica entregue a si mesma, se desestrutura e pode desaparecer. O surgimento das comunidades de base representa uma saída para esta crise. O leigo assume a tarefa de levar avante o evangelho e manter viva a fé. O importante é que são geralmente os pobres, ao mesmo tempo oprimidos e crentes, os membros das comunidades eclesiais de base. Eles constituem a base da sociedade (classes populares) e da Igreja (leigos).

2. A comunidade eclesial de base geralmente é constituída por 15-20 famílias. Uma ou duas vezes por semana se reúnem para ouvir a palavra de Deus, pôr em comum seus problemas e resolvê-los inspirados pelo Evangelho. Eles fazem os comentários bíblicos, inventam suas orações e decidem comunitariamente, sob a coordenação de alguém, as tarefas que devem executar. Depois de séculos de silêncio, o povo de Deus toma a palavra; não é só um freguês de sua paróquia; é portador de valores eclesiológicos; re-inventa, concretamente, a Igreja de Deus no seu sentido histórico concreto. Certamente a Igreja é dom de Cristo que recebemos agradecidos; por outro lado é também resposta humana cheia de fé. Por isso, se cunhou a expressão que, bem compreendida, é também verdadeira e ortodoxa: a Igreja que nasce da fé do povo de Deus ou mais simplesmente, a Igreja que nasce do povo crente e oprimido pelo Espírito de Deus. Antes, o povo se encontrava, no interior de

nossos países latino-americanos, uma ou duas vezes no ano, quando vinha o padre batizar, fazer os casamentos e anunciar o Evangelho. Sentia-se Igreja só nestes momentos. Agora sempre que se encontra, semanalmente ou com mais frequência, se sente a comunidade dos fiéis, na qual está presente Jesus Cristo ressuscitado. É a realização do mistério da Igreja universal nas bases, nesta concretização humilde e pequena de homens, mulheres e crianças, geralmente, muito pobres, mas cheios de fé, esperança, amor e de comunhão com todos os demais cristãos. A comunidade eclesial de base concretiza a verdadeira Igreja de Jesus Cristo.

3. Atualmente notamos o seguinte quadro: por um lado, existe a Igreja-grande — instituição que está aí com sua diocese e bispo correspondente, com suas paróquias e seus ministros sagrados, suas capelas filiais, etc.; por outro, uma vasta rede de comunidades eclesiais de base que somente no Brasil se contam por volta de 70.000 abrangendo cerca de 4 milhões de cristãos que vivem sua fé nestas comunidades. O importante é constatar a convergência que vigora entre estas duas expressões da única Igreja de Cristo e dos Apóstolos. A Igreja-grande-instituição apóia e quer as comunidades de base; nelas ela entra nos meios populares, se faz bem concreta participando da paixão dolorosa e também das esperanças do povo. As comunidades eclesiais, por sua vez, desejam e estão em comunhão com a Igreja-grande-instituição; querem em seu seio o bispo, o padre e os religiosos. Assim as comunidades entram em contacto

com a grande tradição apostólica, garantem sua catolicidade e firmam a unidade da Igreja.

4. Na medida em que a Igreja se abre ao povo, ela se faz mais e mais povo de Deus; na medida em que o povo especialmente dos pobres e oprimidos de nossa sociedade se reúnem em nome de Cristo e na escuta de sua Palavra de salvação e libertação, eles constituem concretamente, no nível da história, a Igreja de Jesus Cristo. Não existe, portanto, um conflito entre a cúpula da Igreja e as bases ou entre a instituição eclesial e as comunidades eclesiais. Não existe porque vigora uma convergência de ambos os pólos; não existe porque grande parte da instituição eclesial aderiu às comunidades desde cardeais, bispos e párocos. A real tensão existente é entre uma Igreja (a instituição e as comunidades) que optou pelo povo, pelos pobres e por sua libertação e grupos da mesma Igreja (bispos, padres e leigos) que não fizeram esta opção ou não a concretizaram ou persistem em manter apenas o caráter estritamente sacramental e devocional da fé.

As comunidades eclesiais de base constituem uma bênção de Deus para nossa história e constituem a resposta que a fé eclesial dá aos desafios do povo oprimido e crente.

II. As CEBs nascem da palavra de Deus

1. Costuma-se dizer que o evangelho é a "carteira de identidade" das CEBs. De fato, aí o Evangelho é ouvido, partilhado e crido. E é à sua luz que os participantes refle-

tem os problemas da vida. Esse é justamente um traço típico das CEBs: para elas o Evangelho é sempre confrontado com a vida, com a situação. Não é apenas um livro maravilhoso e consolador. É isso, mas é também e sobretudo luz, fermento. Nesses meios pobres, o Evangelho aparece tal como ele é de fato: boa-nova, mensagem de esperança, de promessa e alegria.

2. A relação entre Evangelho e Vida se dá num processo lento e difícil. Inicialmente, a Palavra leva a se interessar pelos problemas do grupo reunido: uma doença, desemprego, etc. Com o tempo, o grupo se abre para a problemática social do meio ambiente, com a rua ou o bairro. São problemas de água, luz, esgotos, ruas, posto médico, escolas, etc. Já numa fase mais evoluída, o grupo se posiciona politicamente frente ao sistema social. Questiona-se então o modo vigente de organização social. E a ação correspondente a esse nível de consciência é a participação nos instrumentos de luta do povo: sindicatos, movimentos populares variados, partido, etc.

3. Para o povo das bases, a fé constitui a grande porta de entrada para a problemática social. Seu compromisso social arranca de sua visão de fé. E não é que a fé tenha mudado. É que no confronto com os fatos da vida ela se revigora, se desdobra e se mostra tal como é: fermento de libertação.

4. A partilha do Evangelho nas CEBs se faz na maior liberdade. Todos podem falar. Todos são convidados a dizer sua palavra sobre o

Evangelho, a dar sua opinião com respeito a um fato ou situação referida. Surpreendentemente, a exegese popular se aproxima muito da exegese antiga dos Padres. É uma exegese que vai além das palavras e que apanha o sentido vivencial (ou espiritual) do texto. O texto evangélico serve de inspiração para a reflexão da vida, que é o lugar onde ressoa a Palavra de Deus.

5. Sem dúvida, nos grupos estão presentes animadores. Existem igualmente encontros ou cursos de capacitações dos mesmos para sua tarefa. Mas dá-se prioridade absoluta às comunidades: às suas necessidades e à sua iniciativa.

6. A Palavra evangélica realiza sempre uma demarcação na caminhada de uma pessoa. Isso faz com que ela diga: "No tempo em que eu não conhecia ainda a luz do Evangelho... Mas depois que vim a conhecer Jesus Cristo..." Nas CEBs o Evangelho se mostra uma palavra transformadora.

III. A comunidade eclesial de base: maneira nova de ser Igreja

1. A comunidade eclesial de base não é apenas um meio de evangelização em meios populares. É muito mais; é uma maneira nova de ser Igreja e de concretizar o mistério da salvação vivido comunitariamente. A Igreja não é somente a instituição: as Sagradas Escrituras, a Hierarquia, a estrutura sacramental, a lei canônica, as normas litúrgicas, a doutrina ortodoxa e os imperativos morais. Tudo isso possui valor

perene e obrigatório. A Igreja é também acontecimento. Ela emerge, nasce e se re-inventa sempre que homens se reúnem para ouvir a Palavra de Deus, crer nela e juntos se proporem seguir Jesus Cristo. E isso ocorre exatamente com as comunidades de base. Muitas vezes o grupo se reúne debaixo de uma grande árvore que todos conhecem. Semanalmente se encontram aí, lêem os textos sagrados, compartilham os comentários, rezam, falam da vida e decidem as tarefas comuns. Aí se realiza, como acontecimento, a Igreja de Jesus e do Espírito Santo.

2. A característica principal desta maneira de ser Igreja é a comunidade e a fraternidade. Todos são efetivamente irmãos, todos participam, todos assumem seus serviços. Este é o primeiro momento. Depois vem a incipiente estrutura de condução e coordenação. Se todos são, fundamentalmente, iguais, nem todos fazem todas as coisas. Assim existem os coordenadores, muitas vezes, mulheres que são responsáveis pela ordem, pela presidência das celebrações e pelo aspecto sacramental da comunidade. Sabemos que a Igreja nos primeiros séculos se entendia principalmente como **comunitas fidelium**, comunidade de fiéis, com muita participação do povo em todas as coisas. Depois do ano 1.000 mais e mais se foi impondo uma Igreja hierárquica. O poder sagrado foi considerado o elemento estruturador e não tanto a comunidade (koinonia). Tal forma de organizar a Igreja representava certamente uma necessidade histórica, mas não facilitava a participação responsável de todos. Com a comunidade eclesial de base, se

abre a possibilidade de maior participação e equilíbrio entre as várias funções eclesiais. Os leigos redescobrem sua importância; eles também são sucessores dos Apóstolos na medida em que são herdeiros da doutrina apostólica, corresponsáveis também eles pela unidade da fé e da comunidade. Evidentemente não significa que os bispos percam sua função insubstituível. Importa compreender que a apostolicidade não é característica de alguns membros da Igreja (Papa e bispos) mas de toda a Igreja; e esta apostolicidade é diferentemente participada no seio da Igreja. Nas comunidades eclesiais os leigos redescobrem seu sentido apostólico e missionário. Não é raro que uma comunidade funde outras comunidades e as acompanhem em seu crescimento.

3. A forma comunitária de viver a fé permite a emergência de muitos ministérios leigos. O povo chama simplesmente de serviços que é, efetivamente, o sentido que Paulo dava aos carismas. Todos os serviços são entendidos como dons do Espírito Santo. Há quem sabe visitar e consolar os doentes. Este recebe o encargo de recolher as informações e visitá-los. Outros alfabetizam, outros conscientizam sobre os direitos humanos, as leis trabalhistas, outros preparam as crianças para os sacramentos, outros cuidam dos problemas familiares, etc. Todas estas funções são respeitadas, incentivadas e coordenadas pelo responsável para que tudo cresça em função de toda a comunidade. A Igreja mais que a organização é um organismo vivo que se recria, alimenta e renova a partir de suas bases.

IV. CEBs: sinal e instrumento de libertação

1. As CEBs não são e nem podem ser guetos ou seitas. São comunidades abertas ao mundo, à sociedade. A leitura e partilha do Evangelho que se pratica dentro delas leva-as a se orientar à atuação social. Traz-se para dentro das CEBs toda a problemática que o povo sofre: desemprego, baixos salários, péssimas condições de trabalho, falta de condução e outros serviços básicos.

2. Então questiona-se no grupo as causas e as conseqüências de toda essa problemática. A CEB tem uma inegável função crítica, desmistificadora. Aprende-se aí a viver na verdade. Impossível continuar escondendo a verdadeira realidade social. Aí chamam-se as coisas por seus nomes. Exploração é exploração. Tortura é tortura. Ditadura é ditadura. As comunidades nesse sentido têm-se apropriado dos instrumentos de análise que até pouco tempo eram monopólio de grupos e grupelhos de iluminados: acadêmicos ou militantes. A grande Igreja institucional exerceu uma diaconia de maior qualidade conscientizando o povo de seus direitos e denunciando as injustiças.

3. Por outro lado, nas CEBs ensaia-se um novo tipo de sociedade. É a partir de dentro dela que se procura superar as relações injustas que dominam na grande sociedade. Como? Através da participação direta de todos os membros, da partilha da responsabilidade, da direção e das decisões, através do respeito pelos

mais fracos, através do exercício do poder como serviço.

4. As CEBs são comunidades atuantes socialmente. Em certos lugares são o único canal de expressão e mobilização popular. Organizam abaixo-assinados, trabalhos conjuntos ("mutirões"), roças comunitárias, caixas comunitárias, iniciativas de resistência à expulsão das terras, etc. Às vezes dão origem a movimentos populares autônomos, como o Movimento contra a Carestia, sindicatos de agricultores, Frentes populares partidárias, etc. E quando já existem outros movimentos populares as CEBs não procuram fazer concorrência com eles. Colocam-se em articulação com eles, fornecem membros e lideranças, apoio e crítica. Não passa pela cabeça de CEB nenhuma organização de movimentos sociais confessionais. A questão não está aí. Está na formação ou fortalecimento do movimento popular (sindicato, partido, etc.).

5. Por isso também as CEBs são comunidades reprimidas, perseguidas, que contam com seus santos e mártires. Mas não parece que a repressão tenha feito diminuir a força das CEBs. Ao contrário. Do sofrimento aceito conscientemente, as CEBs saíram mais consolidadas e corajosas.

V. Comunidade eclesial de base: celebração de fé e de vida

1. A fé cristã, como foi mostrado, não se consome nem se exaure totalmente em sua dimensão de compromisso e de libertação. Ela

possui seu momento de celebração daquela libertação que Deus em Jesus Cristo realizou por nós; celebra-se sua presença entre nós pela Palavra e pelos sacramentos e todos se confortam com as promessas que ele nos deixou. Nas comunidades eclesiais de base encontramos muito desenvolvida a dimensão de celebração. As proporções de suas misérias e a gravidade de suas lutas não conseguem tirar o sentido da festa, que é o lugar onde o povo respira e se sente livre e feliz.

2. Nas comunidades e já em toda nossa pastoral existe uma grande valorização da religiosidade popular: às devoções aos santos do povo, às procissões, às romarias e outras festas típicas. Estas expressões não são decadência do catolicismo oficial, ortodoxo, culto. É a forma como o povo, dentro de suas categorias, assimilou a mensagem de Jesus. O povo não se rege tanto pela lógica do conceito e da razão analítica, mas mais pela lógica do inconsciente e do simbólico. Ela é tão digna quanto a outra expressão da fé. Foi através desta religiosidade popular que Deus visitou os seus pobres. Foi mediante suas rezas, seus santos, suas festas à Virgem e aos vários mistérios de Cristo que o povo pôde resistir a tantos séculos de opressão político-econômica e de marginalização eclesial. Foi no interior de sua religiosidade que ele pôde refazer o sentido da vida, manter viva a fé e alimentar a confiança, numa sociedade que lhe negava direito, dignidade e participação. Tudo isto está levando a Igreja a reinterpretar sua tradicional prática pastoral de pouco apreço às manifestações religiosas do povo.

3. Nas comunidades eclesiais de base não se fortalece somente a religiosidade do povo, o que já seria muito; é o lugar da criatividade da fé viva que encontra sua expressão adequada. Na comunidade se dá a unidade entre fé e vida. Por isso também se celebra a presença de Deus dentro da vida. Nas longas orações comunitárias se reza e se lembram todos os problemas, as opressões, os opressores, as dificuldades, mas também as conquistas, os resultados alcançados e os projetos em curso. Quando, depois de muitas lutas, chegou o centro de saúde para o bairro, ou chegou a escola ou o ônibus, a comunidade celebra em suas reuniões tais acontecimentos. Eles são veículos dos bens do Reino de Deus, são parábolas da graça libertadora no mundo. Não apenas se celebram os sacramentos, mas também a dimensão sacramental da vida, pois ela é sempre pervadida pela graça de Deus. O povo possui este fino sentido pela dimensão religiosa que pervade todas as instâncias da vida humana. Ela nunca é totalmente profana e fechada a Deus.

4. Na comunidade se dá o lugar para a criatividade litúrgica. Evidentemente o povo aprecia a liturgia canônica e oficial; mas também cria ritos, encena a Palavra de Deus com grande espontaneidade, sabe organizar grandes celebrações, usando da bíblia e dos objetos que são significativos da região, ou as comidas típicas. É nestes momentos que a fé ganha sua melhor expressão. Um povo que sabe celebrar é um povo resgatável; nem tudo está oprimido nele; é um povo em marcha para sua libertação.

CRISTO, A BOA-NOVA PARA OPRIMIDOS E OPRESSORES

*“Afastai-vos de mim, malditos,
porque tive fome, estava nu, preso, doente,
e não me socorrestes.
Vinde a mim, benditos de meu Pai,
porque tive fome e me destes de comer...”*

Ir. Dirce Carvalho, FSP
Porto Alegre, RS

Nesta matéria são apresentados como principais fatores de despersonalização dos marginalizados a escola, os meios de comunicação social, o anonimato coletivo e o conceito negativo que o opressor tem do oprimido. Por outro lado, mostra a revolução realizada por Cristo e os valores antropológicos do pobre.

Mas, se no entender de Jesus, o pobre é o bom, o santo — a quem foi entregue o reino — qual a situação dos ricos? Se existe um mecanismo internacional de opressão, onde fica a responsabilidade do restante dos homens?

Há duas realidades entre os homens: o oprimido e o opressor. Uma não existe sem a outra. Porém, muita gente acredita que se o pobre existe é por culpa dele. Tais pessoas não percebem a relação íntima que há entre esses dois grupos sociais. Ou preferem ignorar que a riqueza dos que têm demais é conseguida e

sustentada às custas do trabalho, do sofrimento, da fome e da morte dos que nada possuem, conforme diz o Documento de Puebla.

Mas o Pe. Pedrinho Guareschi — professor nos mestrados de Psicologia e Sociologia, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que há anos vem exercendo atividade entre os moradores da Vila Maria Degolada, em Porto Alegre — afirma que o pobre não é explorado apenas do ponto de vista material. Para ele, a idéia negativa que o opressor tem do marginalizado atinge a sua própria humanização. Deste modo, até mesmo as boas qualidades que os pobres possam ter ficam diminuídas.

Do ponto de vista sociológico, há uma podridão enorme dentro dessa sociedade, onde os da classe dominante querem passar por bons diante dos humildes e fazem de tudo para que o pobre vá interiorizando a idéia de que realmente são seres

inferiores. Para isso, afirma o sociólogo, se servem especialmente dos mecanismos da escola. A escola reproduz as idéias da classe dominante que são dominação dos de baixo pelos de cima.

Por outro lado, os meios de comunicação social que, geralmente mantêm em sigilo os nomes dos "grandes" envolvidos nos crimes de corrupção, contrabandos, tráfico de drogas, mordomias, assassinatos e roubo de toda espécie, fazem questão de anunciar em manchetes sensacionalistas os crimes praticados pelos sem vez. Há, inclusive, jornais que desfilam em ordem nas páginas policiais, os nomes das vilas pobres com os seus marginais. Com essa **forma parcial** de tratar a notícia, os meios de comunicação induzem os pobres a pensar que as pessoas boas são as que moram na cidade, têm roupa bonita, carro, que podem freqüentar escolas...

Outro fator que contribui para a despersonificar o marginalizado é a "marca do plural". Todo pobre está condenado ao anonimato coletivo. Ele é uma pessoa que não existe. Mas, para a gente de "bem", é bom que o marginalizado seja um estranho. De pessoa desconhecida se pode dizer o que se quer.

E o sociólogo dá um exemplo do exagero que existe nesse pluralismo: "quando a empregada falta, o patrão não diz que ela possa ter adoecido, mas, geralmente, afirma que ela está desrespeitando um contrato... **Que não se pode contar com essa gente.**"

Segundo Guareschi, um dos problemas mais graves que atinge o

marginalizado é o de estar colocado fora da sociedade, à margem da vida. Nós nos queixamos, diz ele, de não termos participação ativa nas decisões do País, que nossa voz não tem eco, que os meios de comunicação social estão colocados nas mãos de uns poucos que decidem como querem. Tudo isso é verdade. Mas nós temos consciência de nossos direitos, sabemos que estamos sendo enganados. O marginalizado não. Ele está fora do jogo. Não se sente lesado, nem cético, nem responsável diante de tudo que está acontecendo. Ele não se considera sujeito da História. Não tem nenhuma participação. Apenas sente o peso de ser um "objeto".

Diante dessa visão inautêntica de si e do mundo, o oprimido sente-se como uma "coisa" possuída pelo opressor. E não tendo possibilidade de se exprimir, de reclamar, ele assume atitudes agressivas com os de sua família. Maltrata, briga, agride, bate. E, muitas vezes, desafoga sua angústia na bebida.

Mas essa é a melhor maneira que esta sociedade descobriu para manter os pobres lá embaixo, porque enquanto eles têm um conceito negativo de si mesmos não vão lutar pela sua libertação.

Jesus veio e colocou tudo de "pernas para cima"

Agora vejam a revolução que Cristo fez: ele chegou numa situação mais ou menos como a nossa hoje. E começou a dizer aos grupos marginalizados: sabem de uma coisa, até agora disseram que os pobres não prestam. Mas eu digo que

o reino de Deus é de vocês. Aqueles que sempre quiseram passar por bons diante de vocês são os “sepulcros caiados”.

Para Guareschi, evangelizar é demitizar, ou seja, dizer a verdade para todos. Aos que sofrem e são oprimidos, anunciar-lhes a alegria do reino que é deles. E, ao mesmo tempo, dizer aos “doutores” da lei, aos “donos” do poder e da riqueza que eles não são aquilo que aparentam, **mas que também eles podem se salvar**. Porém, o evangelho deixa claro que **sem uma profunda conversão não há salvação**

Naturalmente, não é pecado possuir bens. O que Cristo condena é o egoísmo humano que prefere acumular, jogar fora, gastar em futilidades quando falta o pão em muitas mesas; é possuir latifúndios, onde só o gado tem vez, enquanto 40 milhões de brasileiros não possuem um pedaço de chão onde construir um barraco. Pecado é se enriquecer às custas do trabalho daqueles que não recebem o suficiente para viver com dignidade e por isso são obrigados a se corromper.

Tampouco é contra o espírito do evangelho exercer alguma forma de autoridade. Mas a autoridade no seu sentido original, isto é, fazer os outros crescer, estar a serviço. Ao contrário, são repudiados por Cristo não somente aqueles que investidos de poder nada fazem para defender os direitos dos pequenos — como fez Pilatos — mas também os que se servem de sua posição para oprimir, perseguir e explorar os fracos em favor dos privilegiados. É nesse sentido que o Mes-

sias profere aquela célebre expressão: “É mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha que um rico entrar no reino de Deus.”

No entender de Jesus, o pobre é o bom, o santo, o dono do reino. Em consequência disso, os demais só poderão se salvar na medida em que estiverem comprometidos com os pobres. Segundo Guareschi, isso pode ser até chocante para os “espirituais”. Mas não se pode esquecer que essa realidade está colocada de modo muito claro no evangelho: “Afastai-vos de mim malditos, porque tive fome, estava nu, preso, doente e não me socorrestes.” Por outro lado Cristo diz: “Vinde a mim, benditos de meu Pai, porque tive fome e me destes de comer...” Mas é bom lembrar que esse **dar** não deve ser entendido no sentido de caridade, de esmola que, muitas vezes, é uma forma que muita gente encontra para abafar a própria consciência. Neste País os pobres não estão precisando de esmola ou seja, da nossa roupa ou sapatos velhos, mas sim de justiça.

Cristo não somente foi um pobre, mas em toda a sua vida, defendeu aqueles que a sociedade havia marginalizado. O que os “observadores” da lei gritavam contra Jesus é que ele não cumpria os preceitos, almoçava com publicanos, tinha amizade com gente de má fama. Que ele sublevava o povo dizendo que o homem está acima da lei. Cristo, pela sua autenticidade, foi um homem que incomodou os “bem instalados” na vida; defendeu os direitos dos pequenos, disse a verdade a todos. Por isso ele foi acusado de subversivo, perseguido e morto.

Contradições na pessoa do pobre

Segundo o sociólogo, Pedrinho Guareschi, por incrível que pareça, o marginalizado é ainda a pessoa que consegue se alegrar na totalidade. É comum ver isso nas festinhas de pobre. Ali se percebe uma alegria contagiante, porque representa tudo para ele. "A verdade vos libertará", diz João no seu evangelho. E os pobres são também pessoas livres, justamente porque não são hipócritas.

Na verdade, observa o sociólogo, eles também são pecadores mas não escondem nada. A primeira coisa, por exemplo, que as mulheres dizem quando se aproximam da gente é: "Olhe, eu não sou casada, vivo com fulano, e este filho é do outro..."

Os pobres confessam imediatamente suas falhas, não têm máscaras nenhuma diante da sociedade. Erram, reconhecem que erraram e levam esse sofrimento na carne pelo resto da vida, mas são autênticos. O marginalizado, porém, foi e continua sendo o "bode expiatório" sobre o qual a sociedade atira suas culpas, como aconteceu com Jesus Cristo.

Outra realidade que ajuda o pobre a ser feliz é o fato de não ter nada a perder. Por isso ele não sofre o fenômeno do medo. Sua casa não precisa de ferrolhos nem de guardas.

O amor, entre os marginalizados, diz o sacerdote, acontece da forma mais romântica, mais total e autêntica. Quando essas pessoas namoram ou vão morar juntas não estão in-

teressadas no fator riqueza, ou posição social. O único motivo que os leva a essa união é o amor totalizante. Claro que na maioria das vezes são pessoas que nunca vão à missa, não possuem as características de família "santa", "boa", que nós idealizamos. Nem condições eles têm de participar das missas na Igreja de classe média. Mas eles verdadeiramente se amam.

Legalmente, quem sabe, essas pessoas estariam fora da Igreja, mas vivencialmente eles são os prediletos de Deus. Vivem a mesma vida de que Jesus Cristo viveu; são perseguidos, passam fome, são torturados e pregados na cruz. A cruz do sofrimento cotidiano. E o mais admirável é que **eles nem sabem que são os prediletos de Deus**. Isso é pobreza total. Sentem-se nada diante dos homens e indignos pecadores diante do seu Criador. Para Guareschi embora essa pobreza seja errada, porque fruto do pecado, o pobre se salva porque é vítima da injustiça.

Esses são detalhes que podem parecer sem importância, mas que na realidade revelam um tremendo valor antropológico do pobre.

Evangelho anunciado aos pobres e ricos

O fato da Igreja colocar-se ao lado dos pequenos não significa que o rico não deva ser evangelizado. Antes, a **boa-nova é anunciada a todos**. Famintos e fartos têm acesso ao banquete Eucarístico. Mas, diante das injustiças, a Igreja se coloca ao lado do mais fraco, daquele que não tem voz. É apenas uma questão

de coerência evangélica. Opção preferencial pelos pobres, segundo Puebla.

Caso típico foi o ocorrido durante a última greve, no ABC paulista. No momento das negociações entre patrões e metalúrgicos, o bispo de Santo André sentou-se ao lado de Lula, o líder operário. E o chefe dos empresários falou: mas como? Você vai sentar-se ao lado de Lula? Então nós vamos pegar um outro bispo para sentar-se do nosso lado. Ao que D. Cláudio Hummes respondeu: se você encontrar, pode fazê-lo. Mas eu optei pelos pobres. E nesta negociação, os pobres são os operários.

Segundo o sociólogo Pedrinho Guareschi, evangelizar os ricos é **fazer com que eles cheguem a descobrir que existe um mecanismo de opressão**, do qual nós participamos, muitas vezes, sem termos consciência.

Numa de suas viagens aos Estados Unidos, D. Hélder Câmara proferiu palestras para um grupo de religiosas. No final, elas lhe perguntaram qual seria a melhor forma de ajudar aos pobres do Terceiro Mundo. É que aquelas congregações haviam empregado seu dinheiro em companhias multinacionais, o que rendia incrivelmente. Então as irmãs mandavam ofertas aos pobres, do Brasil. As ecônomas, porém, alarmadas com aquele lucro exagerado, começaram a prestar atenção onde e como estava sendo aplicado o dinheiro de suas congregações e, descobriram que tais empresas, que têm filiais também em nosso País, desgraçadamente, faziam render seu

capital à custa da exploração do trabalhador brasileiro. Deram-se conta de que, ingenuamente, elas estavam devolvendo, em forma de esmola, uma pequena parcela do grande roubo que havia sido feito à nossa população carente.

“O espírito do mal” agindo no mundo

Quem propõe ir ao fundo da problemática, vai perceber que existe uma inteligência, um pequeno grupo, dentro do capitalismo internacional, que “bola” todo esse mecanismo de opressão. Alguém que tem clareza sobre o que está acontecendo. A esse alguém, diz Guareschi, eu chamaria “espírito do mal”. O filósofo e historiador argentino, Enrique Dussel, chegou a detectar quem tinha decidido derrubar Allende, no Chile. Descobriu quatro pessoas que planejaram o golpe e sabiam o que iria acontecer ao país, os milhares de seres humanos que iriam morrer e as graves conseqüências que isso acarretaria para outras nações.

Depois desse grupo, logicamente, vem a segunda camada, constituída por aqueles que ideologicamente conseguem controlar a sociedade. Aqueles que ajudam na perpetuação desse mecanismo gerador de injustiças. E são justamente esses que se julgam no direito de dizer o que é certo e o que é errado e que, inclusive, dão uma definição negativa do pobre.

Em terceiro lugar, vem a grande massa alienada. Gente que lê jor-

nal, vê televisão mas sem consciência crítica, achando tudo muito natural. Quem tentar detectar esse espírito do mal sofrerá perseguições terríveis, diz o sociólogo. De fato, isso tem levado muitos cristãos ao martírio. É o caso de muitos pesquisadores e estudiosos que foram misteriosamente eliminados.

A "opção preferencial pelos pobres" iniciada em Medellín e reforçada em Puebla é, certamente, uma das maiores mudanças ocorridas na Igreja. O importante é que seja de fato sempre mais concretizada, como já vem sendo em parte. É o Espírito de Deus num novo sopro dentro da Igreja de Cristo.

Você já parou e pensou sobre as viagens do Papa?

Sim. São uma verdadeira cruzada a que se lançou. Estas viagens são uma oportunidade extraordinária de tomar o pulso do mundo, com todos os seus problemas. São uma forma eficaz da missão da Igreja de oferecer colaboração aos responsáveis pela construção de um mundo mais justo. Em 1979 e 1980 foram cumpridas nove viagens ou peregrinações: México, Polônia, Irlanda, Estados Unidos, Turquia, Cinco Países Africanos, França, Brasil, Alemanha Ocidental. E para este ano já estão previstas mais quatro viagens: Filipinas, Japão, Inglaterra e Lourdes, na França. Cada viagem se condiciona às situações locais. Adapta-se às características políticas e religiosas do país. Afina-se aos programas de cada Conferência Episcopal. É coerente com a dupla função do Papa: PASTOR e CHEFE DE ESTADO. João Paulo II está decidido e interessado em oferecer a sua ação de mediador para evitar qualquer processo revolucionário que se proponha contra a opressão e a injustiça social em qualquer parte do mundo. As reformas, urgentes e profundas, são a melhor opção contra as revoluções e para preservar o poder. Ele quer sua Igreja carismática, forte e comprometida. Não isola nem distingue o político do religioso. "Não há liberdade que não nasça da liberdade religiosa". O Cristianismo tem capacidade para unir e reunir os povos de todos os continentes.

●

Você já ouviu falar que, entre os pobres, há mais crimes?

Sim, já ouvi. E sei que é uma mentira. É uma entre as muitas absurdas e pseudo-explicações de uma sociologia de algibeira. Visão da realidade do nível do meio-fio. É uma injúria pretensiosa às camadas mais pobres da população. Tentar explicar os crimes pelos desníveis de renda é fruto de irrealismo analítico que só serve a interesses ideológicos e eleitoreiros. É crasso engodo sociológico acreditar que o crime é uma questão social. Os pobres não aceitam esta injúria. Eles esperam e merecem mais respeito. Leia algo a este respeito, à página 84.

QUEM É RESPONSÁVEL PELA SAÚDE DA NAÇÃO?

*Não confundir progresso da Medicina com o bem dos doentes.
Há, é certo, íntima relação entre ambos. Não se pode,
todavia, sacrificar porção presente em nome
de um futuro incerto e utópico. O preço
para se evitar epidemias de amanhã não pode ser
o sacrifício da vida humana hoje realisticamente alcançável.*

Pe. Hubert Lepargneur, MI
São Paulo, SP

A consciência terapêutica costuma seguir uma evolução na focalização das causas da patologia, considerando sucessivamente os sintomas locais, as condições psicossomáticas e enfim as responsabilidades globais dentro da sociedade. Ainda hoje a medicina deve atender ao mais urgente, mas a própria medicina se humaniza alargando seu círculo de preocupação, passando da perturbação fisiológica à consideração do espírito que anima o corpo e situando o indivíduo doente dentro de seu condicionamento social, familiar e profissional. Afinal todos os profissionais e cidadãos estão interessados neste primeiro bem natural de uma nação, a saúde de cada um e de todos. O campo da Saúde é por excelência o campo da entreaajuda de todos, em que ninguém deve alienar os outros por motivos de economia ou de política, situação que corresponde a um ideal moral ainda não atingido e possivelmente em recuo.

A responsabilidade pela saúde de uma nação pode ser entendida ora como a prerrogativa do **poder decisório em matéria de financiamento** do Sistema Nacional de Saúde, ora como **participação nas ações** preventivas ou corretivas que visam preservar e melhorar o capital-saúde da comunidade nacional. Aceitamos aqui ambos esses sentidos que, sem se recobrir, relacionam-se intimamente; convém englobar o aspecto financeiro ou legal-administrativo sem se limitar a ele, mas visar a globalidade da integração social no que tange aos valores da saúde. Focalizamos nossa atenção sobre os elementos seguintes que nos parecem mais implicados: o Poder do Estado, o Poder Médico, os Intermediários privados da comercialização dos cuidados, serviços e produtos farmacêuticos, a própria População Nacional, a Escola e a Igreja como entidades educativas. Os demais elementos desempenham papel dependente em relação a estes.

I — O poder do Estado

Só muita confusão permite identificar Estado e Nação: o poder que de fato dirige um povo não se identifica com ele. O Estado aqui aludido pode ser tanto o governo federal como o governo de cada Estado dum República Federal, cada um agindo na faixa das prerrogativas e responsabilidades que lhe fixa a Constituição. O Estado é primordialmente o guardião e responsável, o promotor e incentivador do Bem Comum do País, que abrange em primeiro lugar a vida e saúde de toda sua população. Nesta perspectiva é inegável que o Estado não pode desinteressar-se, por exemplo, do problema demográfico: pode e, em situações de crise, deve traçar orientações de evolução populacional em benefício dos indivíduos que existem e do futuro da nação. A preservação da devida liberdade individual ou do casal serve amiúde para alimentar uma cegueira pequeno-burguesa, um egoísmo individualista ou outros interesses pouco confessáveis. É com satisfação que se constata ultimamente no Brasil um despertar, prometedor ainda que tímido por enquanto, a respeito destes problemas.

A que serviria o poderio militar ou econômico que não está a serviço, ultimamente, do bem-estar, da higiene, do desenvolvimento físico e cultural, portanto ético também, dos cidadãos e outros moradores do país? O Estado manifesta a consciência desta responsabilidade de várias maneiras, destacando-se as medidas orçamentárias e legislativas. O Estado deve providenciar as leis e regulamentos que protegem a saúde e facilitem o acesso de todos aos meios

hoje considerados como normais de prevenção e cura. Não é moralmente admissível, por exemplo, reservar para a burguesia as informações e os meios de "paternidade responsável", isto é, de limitação da natalidade, quando todo o mundo sabe que são os pobres que pagam maior tributo demográfico para a nação e a humanidade. Os pretextos para atitude tão anti-ética não faltam e enganam a muitos, mas a moralidade vive pela verdade.

Em outro exemplo, a legislação trabalhista, mas também o sustento dos recursos econômicos e alimentícios, a proteção dos consumidores e de sua saúde, dos operários e de sua segurança, dos moradores e de sua higiene, dos transeuntes e de suas condições, constam das atribuições do Estado. Integram-na, hoje em dia, sobremaneira, a legislação e regulamentação equitativas da Previdência Social, assim como o volume e a finalidade atribuídos às verbas oficialmente consagradas ao setor da Saúde nos orçamentos da Federação e dos Estados, para não falar nos municípios. Tal é a prioridade objetiva da Saúde que deve prevalecer inclusive sobre a Educação e os Transportes, não sem repercussão, é claro, para o setor econômico, sobretudo agrário. O País carece muito mais de enfermeiras, com ou sem status, do que de médicos com status. Quanto mais fundamental a necessidade do ser humano, da população em geral, quanto mais premente seu anseio legítimo, mais liberal deveria ser o uso dos fundos públicos para atendê-los, com a devida fiscalização contra os intermediários aproveitadores. Em destaque: a proteção, no Brasil, dos dezesseis milhões.

de menores abandonados ou carentes assinalados no País; a profilaxia das doenças endêmicas; a educação sanitária.

II — Os médicos

Os médicos são os agentes principais da realização dos programas de saúde. Além disto, possuem no Brasil excepcional poder político, portanto responsabilidade social aumentada, porque dispõem praticamente do monopólio da Administração da Saúde em níveis significativos. O risco é grande de que o ponto de vista prevalecente para a Administração da Saúde não seja sempre e de maneira decisiva o bem do povo, já que toda classe tende naturalmente a confundir o seu interesse de classe com o bem comum. Na última década surgiu no Brasil uma literatura crítica sobre o Poder Médico; infelizmente os excessos de seu sociologismo, seu esoterismo acadêmico e elitista, contrastam estranhamente com os interesses do povo que pretende defender e com a eficácia dum ação respeitosa de todos os interesses em jogo. Não é com excessos de linguagem que se corrigirão abusos do Poder Médico. Uma conclusão deveria ser aceita como pacífica: os interesses dos não-médicos, no setor da Saúde, deveriam ter a representação eficaz de não-médicos nos lugares onde se decidem as políticas e os orçamentos que visam o bem-estar e a saúde da nação. Esta representação não poderia se limitar, é claro, à presença de administradores hospitalares ou de outros grupos profissionais que, embora não sejam necessariamente médicos, representam por sua vez in-

teresses de sub-grupos atuando no setor sanitário.

Em todos os países, a evolução das condições sócio-econômicas pressiona fortemente no sentido da superação do ideal da medicina liberal que caracteriza a prática do século XIX e o meio burguês do século XX. A evolução, mesmo nos países capitalistas, vai no sentido da multiplicação de cargos de exercício da medicina dentro do quadro do funcionalismo público, uma vez que a faixa da nação que pode pagar a medicina liberal de nossos dias — consultas e tratamentos cada vez mais onerosos — não cresce na proporção das necessidades sanitárias da maioria da população. A tendência da medicina liberal é projetar sobre a população desejos e interesses que são seus, muito mais do que de um povo à procura do mínimo de tratamento para sobreviver e trabalhar. Todo sistema de atendimento à saúde do povo comporta seus inconvenientes, mas a arbitragem deve levar em conta os diversos pontos de vista; e todos os bons sistemas de atendimento exigem alto teor de moralização na prática tanto dos profissionais como dos fregueses. Tanto a desonestidade dos aproveitadores, que podem ser numerosos, quanto a fiscalização rígida (e fatalmente falha) custam muito à nação, isto é, prejudicam a saúde de todos.

Muitos problemas de financiamento da medicina exigem decisões políticas amplamente ventiladas e coletivamente aprovadas; basta pensar no custo das diálises renais, dos transplantes de coração, das terapias de vanguarda, etc., quando o povo não dispõe de tratamentos rudimen-

tares e baratos. Basta pensar que é da responsabilidade do Estado não deixar **50.000 especialidades disputar o balcão das farmácias**, quando alguns milhares bastam para atender às necessidades reais da população; é enganar-se totalmente sobre a estratégia eficaz limitar-se a criticar as multinacionais. O problema real é o uso do poder do Estado em benefício da nação: só ele pode e só ele deve resolver este tipo de problema, nem que fosse pela produção e distribuição gratuita, com receitas, das poucas centenas de remédios básicos. Só o Estado com seu poder decisório pode e deve resolver o problema da má distribuição geográfica dos médicos e instrumentos de saneamento e tratamento.

A responsabilidade sanitária primordial do médico é o atendimento competente e consciencioso dos indivíduos que se apresentam a sua consulta, esta responsabilidade merece, é claro, devida retribuição. Mas esta tarefa pode cada vez menos prescindir do panorama geral das necessidades e dos recursos sanitários globais da nação.

III — Os intermediários privados

Sua presença pode ser útil e proveitosa para limitar os perigos da burocratização da administração sanitária, dos pesos do funcionalismo tentacular, dos desperdícios das verbas públicas. Mas sua proliferação no Ocidente contemporâneo pode também servir interesses que não são exatamente do povo e da nação. A comercialização da medicina é tema hoje amplamente debatido embora ela não seja eficazmente com-

batida para eliminação total. Médicos e não-médicos usam médicos e não-médicos para seus fins lucrativos num campo em que os investimentos deveriam servir quase que exclusivamente a saúde pública. Aproveitando-se das falhas dos sistemas de Previdência Social, sociedades privadas de Seguro, para se talhar um campo próprio de lucros, freiam as lutas e esforços de melhoramento que atuam para a saúde de todos. Sem contestar o princípio de sua legitimidade em país de liberdade empresarial, o fim lucrativo pode prevalecer ao ponto de obnubilar o fato que a saúde não é uma mercadoria qualquer: fins superiores exigem uma moralização especial deste setor. Na medida em que a saúde é reconhecida como constituinte fundamental do bem comum, o caminho está aberto para certa socialização que visa a perequação dos custos de saúde a nível nacional, a fim de possibilitar o acesso de todos ao mínimo de cuidados considerados como convenientes, senão indispensáveis. Além deste teto, culturalmente determinado segundo os ambientes, há lugar para uma medicina de luxo onde se exerce a livre concorrência. Medicina socializada não expulsa necessariamente toda a medicina liberal, socialização dos recursos sanitários não elimina necessariamente zonas de livre atuação capitalista. Mas os fundos públicos, para atender às necessidades básicas da população, não podem ser gastos em medicina ou cirurgia de luxo a serviço de pequena elite. As áreas da prevenção, da dita medicina social, do saneamento geral, de profilaxia antiendêmica, são tarefas sociais que praticamente escapam do

mercado livre e dependem de planejamento autoritário, sem excluir subcontratações.

Não existe solução ideal, determinada e fixa, na tensão entre privatização e socialização, porque este aspecto da política, como outros, depende da conjuntura do país ou da região. O problema é sempre de tentar unir o dinamismo de adaptação e criatividade da iniciativa privada à preocupação justiceira que os poderes públicos podem concretizar para o bem de todos. Mas a concorrência que se fazem no Brasil às 217 empresas de fabricação de remédios, que, em conjunto com as empresas importadoras de remédios, conseguem colocar no mercado 50.000 produtos farmacêuticos, quando os Estados Unidos se contentam com 12.000, em nada serve o bem comum. Neste ponto como em outros, desviam a atenção das soluções concretas que a nação tem ao alcance, os ideólogos que rejeitam toda a culpa sobre as multinacionais. O Estado, isto é, os poderes públicos do país, é o responsável da disciplina dos "intermediários privados", de qualquer origem que sejam.

IV — A própria população

À medida que a prevenção ganhar terreno, e isso interessa essencialmente o campo das doenças transmissíveis e da higiene geral, do saneamento básico e da luta contra os pequenos males de todo dia, a população não pode deixar de se tornar a primeira responsável da saúde própria. As denúncias de um Ivan Illich contra os malefícios da medicina profissional visam suscitar

uma reação popular de autodefesa. Estão em parte justificadas, mas exigem para cumprir seu programa positivo uma conscientização e educação do próprio povo que não existe em contexto subdesenvolvido. Mesmo nos países mais ricos, os super-recursos médicos não favorecem as reações mais sadias de uma população que se auto-defronte contra a doença: exige-se do dinheiro ou do Estado medidas que deveriam provir das energias da própria pessoa. No Brasil os recursos dos pobres são outros, a magia da religiosidade popular, o curandeirismo das seitas e empíricos, as extravagâncias da umbanda e do espiritismo. Existem no Brasil diversos planejamentos educativos, em nível escolar ou adulto, para a educação sanitária; em que pé estão eles atualmente? De grande proveito pode ser também a divulgação no País de obras educativas como o livro de David Werner, traduzido pelas Edições Paulinas de São Paulo, **Onde não há médico. Manual para aqueles que vivem e trabalham no campo.** Diversos planos, ora da Organização Mundial da Saúde ora do **Cor Unum**, organismo da Santa Sé que opina em matéria de Saúde, recomendam um sistema de descentralização da saúde repousando sobre os princípios da subsidiaridade e da conscientização progressiva. Este campo proporciona excelente terreno de ensaio dos métodos de autogestão democrática: o exemplo da medicina popular na China é conhecido; mais modestas existem outras realizações valiosas, como na Colômbia.

Abandonada a si mesma, a população não progredirá muito em ma-

téria de saúde. A população consciente e organizada, eis a nação que se dá um governo e forma um Estado: preocupação de auto-defesa da população e ajuda governamental ora por vias legislativas ora por vias executivas convergem normalmente. O problema do povo é sempre ao mesmo tempo ético e político, além do sócio-econômico. Existe uma sociedade de produção-consumo, predominantemente urbano-industrial, com suas doenças, em parte provocadas ou entretidas pelo próprio sistema social. Existe também o Sistema de Saúde, com seus agentes e sua legislação, que pode ter por função ora reintroduzir na sociedade global o maior número possível de doentes, tentando remediar aos efeitos, sem atender às causas sociais dos desajustes de saúde, ora alertar para um conserto mais profundo do mal social que desemboca nas doenças dos trabalhadores e moradores. **“Se o objetivo da Medicina fosse curar, escreve um contestatário da atual prática médica, ela deveria começar por acabar com este mundo de miséria e de tédio. Deixaria então de ser o apanágio dos médicos para passar a ser um problema de toda a gente. Mas a idéia da Medicina é somente responder a um pedido, tratar, por outras palavras, fazer aceitar e repor no circuito produtores, distribuidores e consumidores. . . Os médicos limitam-se a responder a um pedido: ‘Quero voltar a entrar no circuito’. Ainda que seja precisamente este circuito que faz adoecer e que mata”** (Jean Carpentier, *Para uma Antipolítica da Saúde*, trad. Portugal, Ed. T e o r e m a, Lisboa, 1974, p. 10). O ato médico é primeiro uma tentativa para so-

correr uma pessoa e sua saúde, o óbvio não deve ser esquecido: o médico ocupado não pode também assumir toda a tarefa do político profissional; a profissão importa para cada um em escala de urgência das tarefas. **“O ato médico é sempre um ato comercial, acrescenta Carpentier. E sobretudo na medida em que está encarregado de definir (dar um nome) e simultaneamente de encobrir a doença-revolta, o ato médico é sempre um ato político. Ato político reacionário por definição, pois leva a aceitar a ordem estabelecida”**. Não necessariamente, precisamente se o ato médico consegue inserir-se numa **“política de saúde”**, que não prescinde nem das necessidades nem dos desejos e das opções da população, (que Carpentier, erradamente, recusa numa crítica excessiva à ordem médica). Em resumo, conscientização e esforço da população são indispensáveis mas não se opõem a que o Estado e os médicos exerçam suas funções para o bem comum, pelo contrário. E desde que as colaborações são bem-vindas, cabe aludir à Escola e à Igreja como educadores do povo.

V — A escola e a Igreja

Todo processo de conscientização das massas é chamado a usar como meios privilegiados a rede escolar e os recursos da religião dominante, sem excluir os outros meios da comunicação. O Governo da Revolução teve no Brasil a excelente iniciativa de impor na rede escolar o **Curso de Moral e Educação Cívica** (cujo conteúdo prático não vem a ser avaliado ou julgado aqui); poderia aprimorar com não menor em-

penho o **Curso de Higiene** que figura em algumas programações, adaptando-o às necessidades e problemas sanitários das regiões, ajudando a conscientização profilática das populações desde a idade da educação primária até a maturidade.

Como testemunham no Brasil as Santas Casas e tantas outras instituições da caridade ativa, a Igreja preocupa-se há muito tempo no bem das populações com que convive. É pouco provável que desapareçam cedo na América Latina suas funções supletivas que sempre foram ativas no setor sanitário e assistencial, em uníssono, é claro, com os modos de viver da época e região. Não faltam argumentos, no entanto, para pensarmos que cabe cada vez menos à Igreja criar por conta própria orfanatos, ambulatórios ou hospitais; embora não diminuísse seu esforço de conscientização das dimensões humanas e sociais do autocontrole populacional e sanitário, e das dimensões espirituais da entreadjudada. A responsabilidade de cada pessoa ou entidade está na proporção de seu poder real. No caso da Escola ou da Igreja, trata-se menos de realizar diretamente do que de apontar as tarefas a serem preenchidas para se conseguir uma sociedade cada vez mais humana e sadia.

Além da **Cor Unum** da Santa Sé, a que já aludimos, o Conselho Mundial de Igrejas mantém uma Comissão Médico-Cristã com similar propósito: iniciativas que não dispensam a atuação de organizações privadas filantrópicas como **MEDICUS MUNDI**, de âmbito internacional. Em nível de descentralização, regiões eclesiásticas, dioceses, setores

e até paróquias instituíram em muitos lugares comissões de ajuda à saúde da comunidade ou, pelo menos, grupos de visitantes dos doentes.

VI — Que medicina promover?

A classe médica está propensa, e não apenas as Faculdades de Medicina, a confundir o progresso da Medicina com o bem dos doentes. Ninguém negaria com razão a relação íntima entre ambos, e o dever coletivo de melhorar a condição dos enfermos de amanhã, não apenas de aliviar os doentes de hoje. Mas **“em termos”**, dentro de certos limites que envolvem problemas éticos. Se não os médicos imitariam o marxismo do Partido Comunista que sacrifica a geração presente, uma após outra, em nome dum futuro totalmente incerto e utópico. O mito deve incentivar e orientar o esforço atual, não aliená-lo no nada duma ilusão que nunca acontecerá. O preço de se evitar epidemias de amanhã não pode ser o sacrifício da vida humana hoje realisticamente alcançável.

As dimensões sociais do exercício da medicina esclarecem o conflito latente entre medicina de ponta e medicina de massa. Não é ético sacrificar um número considerável de doentes atuais, cuja existência é certa e a doença controlável com os recursos que já possui a técnica médica, a uma elite de doentes pouco numerosos, financeiramente mais afortunados mas que tentam açambarcar as verbas ou outros recursos em prejuízo dos primeiros. Não seria mais justo, mais aproveitável para o conjunto da humanidade, frear

certas pesquisas, em si legítimas, para concentrar maior atenção, maiores recursos sobre os males do maior número da população? Essa atitude não daria ao País Prêmio Nobel de Medicina, mas exprimiria uma sensibilidade mais adequada às exigências da solidariedade humana.

Existe uma **“alienação da saúde”** pelo exercício da Medicina, de que falou amplamente Ivan Illich; existe outra **“alienação da saúde”** pelo não-exercício da Medicina, de que não falou o profeta de Cuernavaca, ou melhor, uma alienação pela concentração do esforço médico ora em regiões de interesse para a pesquisa universitária, ora em clientela mais solváveis.

“Com o declínio da Religião, a Medicina começou a tomar importância no sistema de defesa do poder burguês” opina J. Carpentier. A semelhança que por vezes aponta entre o poder clerical que a fé tenta superar e o poder médico que se reclama de um novo (ou antigo) tipo de **“sacerdócio”** comporta algo de inquietante ou obsoleto. O verdadeiro sacerdócio, de qualquer maneira, é essencialmente serviço, portanto deve pensar e agir em termos de Bem Comum antes de Interesses de Classe. É esquecendo-se com o poder social que terá mais chances de encontrar seu lugar sadio dentro da sociedade contemporânea. Quanto às relações vigentes entre Medicina e Poder burguês, sem defender precipitadamente essa identificação, é difícil negar que os valores defendidos pela Medicina Liberal são valores da burguesia e não das camadas populares e que apenas a burguesia tem condições de financiar o

exercício deste tipo de atuação médica.

Existe sem dúvida diversificação das doenças não apenas histórica e geográfica, mas ainda sociológica: as diversas classes sociais não contraem as mesmas doenças, ainda que certas doenças como o câncer sejam tão universais que pulam as barreiras de classes, e ainda que preocupações psicológicas de vários tipos possam levar ao mesmo tipo de úlcera gástrica, ainda que o abuso de álcool de qualidade diversa possa gerar o mesmo tipo de cirrose de fígado. O fato que a doença do pobre corte seu ganha-pão ao passo que a doença de rico corte apenas seu lucro ou sua curtição da vida, já tem maior gravidade. A preocupação pela medicina social leva à maior conscientização sobre a etiologia das doenças. Ainda com exagero, reparou J. Carpentier: **“Seria perigoso para a sociedade que as pessoas se apercebessem de que o mal-estar que crêem ser individual (e que vão expor ao médico no silêncio religioso, secreto, neutro, confidencial e indulgente do seu gabinete) é na realidade o mal-estar de todos”**. O caso é patente nas doenças transmissíveis por contágio. Demora em geral perceber-se que um mal novamente isolado é transmissível por contágio, isto é, um problema de toda a sociedade e não de alguns indivíduos isolados ou famílias: embora o século XIX haja visto epidemias de poliomielite, só em nosso século descobriu-se seu caráter viral e contagioso.

Nestas alturas, podemos, agora, voltar à pergunta inicial: **Quem é responsável pela Saúde de uma nação?**

Todos e por isso o problema é político. Por isso a sonegação das informações sobre saúde individual ao indivíduo interessado e sobre saúde coletiva à nação envolvida não deve justificar-se apressadamente. A saúde humana passa por um saber prático e teórico sobre o próprio corpo, seus perigos e seus recursos; sobre os perigos e recursos que residem na natureza ambiental, também; sobre os perigos e recursos que residem na sociedade, enfim. E sabemos que os perigos estão à altura dos recursos, ou, se se preferir, os recursos à altura dos perigos.

VII — Responsabilidade eclesial

Como religiosos ministros dos enfermos estamos interessados em conhecer ou definir claramente nossas funções neste setor da vida humana. Por isto é-nos necessário precisar antes do mais qual é a responsabilidade da Igreja a respeito, mais precisamente hoje e nos próximos decênios, no contexto da situação e evolução da sociedade brasileira.

1º) — Vai-se repetindo pelos documentos eclesiais que a Igreja interessa-se pelo **conjunto da existência humana** e por todos os homens: princípio que não deve ser esquecido, mas precisa complementação mais concreta. O sentido do homem, o respeito pela pessoa, sobretudo dos mais indefesos, a preocupação de servir o maior número na linha que nos compete, devem inspirar toda nossa atuação por mais técnica que seja, por outro lado, sua exigência. Essa é a nossa primeira diretriz, como membros da Igreja, como religiosos, como camilianos. Isto sig-

nifica que não podemos entrar cegamente na discriminação pelo dinheiro que caracteriza a sociedade concorrencial e que nossas opções administrativas, ou de qualquer ordem que seja, devem exprimir uma evidente preocupação ética e pelo bem comum.

2º) — A Igreja, como Cristo, tem ao mesmo tempo que **valorizar e relativizar** o bem natural fundamental que constitui a saúde para cada indivíduo e para cada comunidade. Valorizar, em participação com todo empreendimento de conscientização humanitária; relativizar, porque não podemos pactuar com as atitudes que consideram a vida biológica o absoluto de nossa escala de valores, por falta de perspectiva religiosa e de fé em outra vida. Quando acaba a credibilidade daqueles que pretendem curar e manter indefinidamente em vida, temos de chegar com uma verdade um pouco mais abrangente e um pouco menos aleatória, ainda que requerendo a fé. Não é vergonhoso para a Igreja supor a fé cristã; seria vergonhoso para ela sempre prescindir dela. É normalmente através de sua vitalidade e saúde, inteligentemente entretidas, que o ser humano vem a dominar a natureza e orientar em certa medida a história.

Se Cristo não pretendeu curar todos os doentes de seu tempo e de sua terra, que a rigor podia curar através de seus dons extraordinários, a fortiori hoje a Igreja não tem por tarefa assumir na sua plena extensão as tarefas educadoras e curativas no tocante à saúde e doença, a não ser em circunstâncias muito especiais. Em vez de se substituir ao fortaleci-

mento da sociedade civil, agora capaz no Brasil de assumir, em colaboração com a própria população, os encargos aqui evocados, a Igreja deve ajudar à devida socialização dos ônus do setor, trazer seu incentivo para que cada um e as entidades intermediárias assumam sua participação desejável, e não esgotar suas forças em empreendimentos que, no entanto, mantêm enquanto oportunas na obtenção do bem comum. Se o aparelho médico-hospitalar de um país não é a Saúde de sua nação, mas um instrumento a ser usado com justiça e discernimento em prol dela, não esqueçamos também que a Igreja ativa em matéria de saúde não é simplesmente a Hierarquia eclesiástica, as Ordens religiosas e as instituições que controlam, mas o conjunto dos cristãos atuando de mil maneiras no seio da sociedade e de sua cultura.

3º) — Portanto, não cabe à Igreja traçar uma política própria da saúde, mas possuir certa **consciência dos problemas** do setor, ajudar à conscientização e atuação de tantos quantos são responsáveis natos por ela, desde o povo analfabeto aos governantes que tomam as decisões político-econômicas de grande relevo neste plano. Disseminada em todas as regiões, camadas sociais e profissões, a “**Igreja-fiéis**” ou “**Povo de Deus**” age com competência, responsabilidade, sentido de justiça, para a efetivação das medidas cabíveis a cada um, de modo que lhe é impossível, depois, de rejeitar pura e simplesmente toda a responsabilidade dos aspectos negativos sobre entidades ou pessoas que nada tem a ver com a Igreja. É hora de não

esquecermos que o Brasil é o “**maior país católico do mundo**”, futura reserva mundial dos cristãos submetidos a Sé romana.

4º) — Dentro da Igreja, a **pastoral da saúde** e as responsabilidades pela sanidade desposam portanto a estrutura hierárquica e diversificada de sua realidade histórica. A Igreja, por sua mensagem e mística, inspira os profissionais da área sanitária, sem lhes ditar o seu dever, o qual se conforma a critérios específicos do setor. A hierarquia pode, e talvez deve, é certo, propor a orientação de diretrizes nacionais no setor (pode-se discutir da conveniência de diretrizes eclesiais internacionais que não dupliquem as orientações da Organização Mundial da Saúde); a responsabilidade propriamente pastoral, porém, tem seu lugar mais próprio e adequado no âmbito da vida diocesana, que se vivencia concreta e principalmente em nível das paróquias, sem exclusão de outras entidades comunitárias ou territoriais.

5º) — Nesta altura, distinguimos duas áreas que podemos chamar globalmente de eclesial, em matéria de Saúde: a) A **pastoral propriamente dita** é o atendimento fornecido aos doentes ou aos outros fiéis em referência à saúde e doença, principalmente para o bem das almas e o destino eterno das pessoas. Esta pastoral não é unicamente sacramental, embora tenha na sacramentalização devidamente preparada e contextualizada sua mais alta expressão. “**Meu reino não é deste mundo**”. b) Mais vasta é a **influência eclesial** que visa informar, pressionar, conscientizar, responsabilizar e transformar

para melhor os costumes do povo por um lado, as decisões pelas quais o poder exerce-se no campo sanitário, por outro lado. Aqui a Igreja são todos seus membros que contribuem para o bem comum, junto com todos os outros cidadãos de boa vontade. Cada um aqui usa sua posição, seus conhecimentos, seu poder, para aprimorar a política da saúde, suas instituições e suas práticas, em todos os níveis em que se exerce, de alto a baixo ou de baixo para o alto.

6º) — Boas intenções e imaginação criadora não bastam para melhorar realmente ora a pastoral eclesial da saúde ora o tratamento geral dos doentes. Especialmente na primeira área, é fácil confundir a projeção de desejos ou excelentes ambições do agente de pastoral com necessidades objetivas dos enfermos. É preciso trocas entre os interessados em nível de planejamento e avaliação crítica no decurso da implementação de qualquer programa. A improvisação de moderada desordem cabe na racionalização programática, para comprovar que o agente é livre e não simples escravo das estatísticas; no entanto progresso significa habitualmente **maior racionalidade** de planejamento e avaliação, de uso do tempo, do **software** e do **hardware**. Mesmo assim, não é papel eclesial ensinar a reduzir a vivência humana à preocupação com o progresso, numa de suas muitas aceitações. Não se espera uma unanimidade raramente alcançável, ou apenas alcançada no dogmatismo ditatorial; espera-se, porém, que o pluralismo não se torne contraproducente, gastando em vão atividades ou energias.

VIII — Responsabilidade dos religiosos

Neste quadro de eclesiologia da Saúde, como situar nossa ação religiosa? Nossos fins são os mesmos que persegue a Igreja. O espírito é o mesmo, evangélico, com suas ambigüidades, explicitado ou simplesmente ilustrado pela figura, o carisma, a ação e o ensino de nossos fundadores. Os meios empregados não comprometem necessariamente a Igreja hierárquica, mas uma comunidade de religiosos que querem ser coerentes com sua inspiração e eficazes como cidadãos do mundo, sem desposar deste o espírito de lucro e egoísta. Depois de uma fase em que a fraqueza do Estado brasileiro justificava a multiplicação de obras privadas patrocinadas ou dirigidas por grupos religiosos, é evidente que o Brasil é convidado a seguir hoje um processo de socialização justa dos recursos da saúde, em benefício de toda a população. No setor Saúde talvez esteja o melhor teste da preocupação pelo bem comum e justiça social evidenciável por uma nação: teste de escala de valores e prioridades orçamentárias, por parte do governo, teste da solidariedade nacional entre as várias camadas sociais, por parte do povo como conjunto. Já seria um grande feito contribuir para que seja melhor reconhecido teórica e praticamente que o primeiro e essencial bem de uma nação lhe é imanente, sua saúde, sua vivência, sua harmonia, sua felicidade.

Uma comunidade é formada por seres desiguais que se articulam para procurar juntos a satisfação de necessidades comuns. Todos os ho-

mens aspiram à saúde, enquanto são eles profundamente desiguais diante da vida, da doença, da morte, do poder e outros recursos. Vem aí a socialização como esforço para equiparar mais ou menos as chances diante do mais necessário, como o pão e a saúde: a entreatada sempre teve prioridade neste setor. Esta é notadamente a perspectiva do Sistema de Saúde e Previdência Social em todos os países civilizados da atualidade, do INAMPS no Brasil. Não se trata de monopólio mas de estruturação de base que apela para vários tipos de cooperação e, talvez, de complementação, entre os quais pertence aos órgãos decisórios da Província Religiosa escolher.

Cabe-lhe portanto definir e desenvolver uma política coerente que permita e exija não apenas a **manutenção de um certo espírito** de serviço e despreendimento, sem o qual arriscamos sermos confundidos com qualquer outra e **m p r e s a** de atuação capitalista no setor da saúde, mas ainda a **escolha de pontos prioritários de atuação**, determinados em referência com as necessidades da população menos atendida pelos órgãos oficiais ou outros, e em relação, mais imediata e obviamente, com os recursos concretos, humanos e instrumentais, de que dispomos efetivamente. Quanto ao primeiro fator, a tradição religiosa sempre considerou o espírito de atualização, a maneira de como fazer as coisas, mais importante e decisivo, em sua perspectiva própria, que a materialidade de suas atividades, a eficácia temporal de seus empreendimentos, o conteúdo e sucesso de suas empresas. Como disse Paul Johnson, **“O cristianismo se**

manteve ou decaiu por seus ensinamentos espirituais”; sem mensagem própria, a atividade curativa de Jesus de Nazaré seria hoje totalmente desconhecida, ignorada, superada. Não é porque nós nos atreveríamos a tentar realizar programas da competência das autoridades governamentais da sociedade civil que o Estado e seus ministros iriam desempenhar as tarefas que cabem especificamente à Igreja e a seus religiosos ou ministros. Contraproducente seria todo esforço, de nossa parte, ou que careceria de uma certa marca de profetismo (sem ufanismo mundano que o desqualificaria) ou acerto qualitativo, ou cujo efeito fosse de dispensar um esforço que cabe aos órgãos do governo civil e para o qual este arrecadou verbas públicas, ou ainda que reforçaria na região a discriminação entre os ricos e poderosos, de um lado, e por outro, as massas desamparadas. O Reino de Deus deve emergir como luz dentro dos reinos deste mundo, embora com origem transcendente.

É claro que a transcendência de nossa missão mais profunda não dispensa nem a eficácia normal aos empreendimentos humanos convenientemente orientados nem a **ética** que rege toda ação humana. Em outros termos, a moral que estamos pregando aos outros deveria, normalmente, aplicar-se também a nós. Há, pelo menos, um cuidado que não é supérfluo, o de não dar a impressão de montar ou usar os serviços que pomos em funcionamento em proveito egoísta, cínica ou disfarçadamente, ora financeiro ora de projeção pessoal ora outro relativo a nosso grupo, o que ocorre facilmente quando o doente que deveria

finalizar estes serviços não está sondado quanto às suas necessidades reais.

Cada pessoa interpreta o mundo como bem entender, mas o mundo da ação é comum; portanto nossa ação interfere com o universo físico e mental dos outros. O serviço é dificilmente compatível com a dominação imposta, qualquer que seja a elevação da legitimação conceitual invocada. O espírito colonialista de aproveitamento do outro não sobrevive apenas no imperialismo dos supergrandes e qualquer clericalismo de hoje, ainda que inconsciente ou ingênuo, pagar-se-á amanhã em anticlericalismo ou, pelo menos, em ateísmo, revolta ou desprezo. Não é sempre fácil discernir entre o aproveitamento para o bem comum de forças disponíveis e circunstâncias favoráveis e o abuso duma força ambígua, passageira mas indevidamente sacralizada, cúmplice de sistemas reprováveis. Nicolas Boer teve razão em unir militarismo e clericalismo num mesmo estudo cujo interesse em nada pode passar por inatural; ambos os fenômenos, aliás rivais entre si porque concorrentes, exprimem a mesma carência de democracia e, verossimilmente, de maturidade social para a democracia. Nem por isso seria justificável confundirmos evangelização e democratização. A ação pastoral ou social de qualquer Igreja deve levar em conta o fato que o Brasil entrou no processo da secularização, deve ser considerado como pluralista frente a qualquer opção ideológica ou religiosa; deve ela abster-se de presumir que um cidadão descaracterizado seja tido

por católico de fé e prática ou tratado como tal.

Mesmo quando o progresso do atendimento à saúde em maior escala e melhor qualidade está bloqueado por instituições e falhas políticas mais do que por impecilhos técnicos, cabe conservar a lucidez sobre a gravidade da crise ética, (gravidade em extensão e profundidade, sem poupar os meios eclesiásticos ou religiosos) que está mais relacionada com a missão doutrinal do clero e a ação profética do religioso, e condiciona todo o restante da ordem cultural, a ponto que dificilmente concebamos uma substancial melhoria do sistema sem prévio progresso do sentido ético do bem comum em todas as camadas da nação, começando pelas mais abastadas e as mais vinculadas à Igreja.

Estas diretrizes podem parecer muito gerais; na realidade, vão longe e são suficientes, não apenas porque incluem ou recorrem diretrizes que o leitor pode tirar do texto de Puebla ou outros parecidos, mas ainda porque não devem tolher a liberdade prudencialmente esclarecida dos religiosos e de seus órgãos decisórios. Uma vez mais, sem desprezar as melhorias bem concretas, a vida religiosa autêntica sempre se considerou como algo de ordem qualitativa; os resultados quantificáveis são decorrências. A escatologia que ela representa não se reduz ao progresso duma ou outra forma do socialismo desejado. Captando a direção certa, apontando ou refletindo o sentido certo, no campo de seu carisma, a vida religiosa é fiel a si mesma, isto é, a seu Senhor.

O PROJETO COMUNITÁRIO COMO PRÁTICA DE FIDELIDADE À PROVÍNCIA, À CONGREGAÇÃO E À IGREJA

A Vida Religiosa, na perspectiva do Projeto Comunitário, é Deus nos consagrando ao seguimento de Cristo em comunidade para o cumprimento de uma missão à luz do carisma congregacional numa Igreja Particular.

Ir. Joaquim Panini, FMS
São Paulo, SP

É inegável o fato da importância, da necessidade e da eficácia do Projeto de Vida Comunitária (PVC) como um novo modo de viver na perspectiva e prática de uma autêntica Vida Religiosa hoje.

Há neste sentido exemplos magníficos e a Circular do Irmão Basílio Rueda Guzmán, Superior Geral dos Irmãos Maristas, sobre o Projeto Comunitário iluminou e continua iluminando muitas Comunidades. Entretanto não se trata de uma camisa de força nem de uma panacéia e menos ainda de uma receita "ex opere operato". A questão de fundo continua a mesma: Trata-se de viver nossa Vida Religiosa, ou seja, nosso Noviciado Universal e Permanente de modo comunitário, convencidos de que a salvação é um

ato comunitário e que a renovação só é autêntica quando filha da Comunhão e da Participação.

Deus nos consagra ao seguimento de Cristo **em comunidade**, para o cumprimento de uma missão à luz do Carisma Congregacional numa Igreja Particular.

Fazemos notar aqui — e é este o enfoque do presente artigo — que por "comunitário" queremos entender também o comunitário **Congregacional e Eclesial** e sobretudo o comunitário **Provincial**. Tudo isto constitui um desafio, e a vivência da FIDELIDADE nessa caminhada apresenta dificuldades e até sérios impasses e desvios.

Dificuldades pelas exigências da própria caminhada em si mesma: o

quanto é exigente viver comunitariamente um projeto de vida com estas pessoas concretas, num contexto determinado e de modo criativo, dinâmico e perseverante. Dizemos de modo criativo, dinâmico e perseverante porque a pertença jurídica é relativamente fácil; o que custa é a perseverança vital. Neste sentido, parafraseando o Evangelho poderíamos dizer: "Muitos permanecem; poucos perseveram".

Além das dificuldades, pode haver **impasse** e até **desvios** quando o PVC não é fiel ao Projeto Congregacional e Eclesial e sobretudo ao Projeto Provincial. Isto acontece quando colide com ele ou não constitui um esforço sério de recriá-lo para a realidade local através do Projeto Comunitário.

Pretendemos neste artigo, aprofundar um pouco essa questão, como uma modesta ajuda às Comunidades na elaboração e vivência de seu Projeto Comunitário **COMO PRÁTICA DA FIDELIDADE** à Província, à Congregação e à Igreja. Pensamos com isto contribuir para o aprofundamento desse **novo modo** de vivermos a Vida Religiosa.

Reafirmando que a principal fidelidade a ser vivida através do Projeto Comunitário é a **fidelidade à própria Comunidade**, desenvolveremos o tema em três partes:

- I. Critérios Orientadores da Fidelidade
- II. A prática da fidelidade
- III. Tensões na prática da fidelidade.

I. CRITÉRIOS ORIENTADORES DA FIDELIDADE

Os critérios de que falamos aqui são os critérios que, assumidos pelas Comunidades na elaboração e vivência do Projeto Comunitário, as ajudarão a vivenciarem uma maior fidelidade à Província, à Congregação e à Igreja. Expomos aqui os quatro principais, segundo **n o s s o** modo de ver.

1º critério: O verdadeiro sentido de transferência

Transferir não é nem copiar, nem imitar, nem repetir. Transferir é sobretudo **adaptar, recriar, traduzir** para uma realidade sendo fiel à mesma e ao que se quer transferir.

Neste sentido, jamais o Projeto Comunitário será uma **réplica** do

Projeto Provincial, pois supõe uma dupla fidelidade: fidelidade à situação da própria Comunidade e fidelidade ao Projeto Provincial, por mais simples que seja, mesmo que se resuma em algumas orientações ou prioridades. É a mesma fidelidade vivida pelas Comunidades Eclesiais de Base: Procuram traduzir num determinado lugar sociológico e geográfico as características e as orientações da Diocese e da Igreja Universal.

A vivência dessa dupla fidelidade à Província e a si mesma, vai exigir das Comunidades um profundo conhecimento do Projeto Provincial no que ele tem de intuição e proposta de caminhada de renovação à luz das Constituições. Vai exigir igual-

mente muito esforço para entender o momento histórico da Província e tentar traduzir no Projeto Comunitário aquelas **PRIORIDADES** que significam para a própria Província sua fidelidade à Congregação e à Igreja.

2º critério: A vivência do sentido de pertença

A pertença de que falamos aqui não é tanto a pertença jurídica, mas a pertença **vital** através da qual um membro de uma Congregação vive a atitude de membro consciente e ativo.

A perseverança é uma conquista e portanto uma caminhada dinâmica de cada membro até conseguir que a Congregação e a Província sejam seu **grupo de pertença** e sobretudo seu **grupo de referência**, i.é, até conseguir que os valores, o espírito, os objetivos, o estilo de apostolado, o Carisma, iluminem e determinem a estrutura subjetiva de seu ser. Neste sentido podemos afirmar que a crise de pertença é conseqüência da crise do sentido de referência. O Instituto continua sendo seu grupo de pertença mas deixou de ser seu grupo de referência, i.é, seu ideal de vida.

O cultivo desse sentido de pertença por parte de cada religioso, ajudado pela animação local e provincial, constitui sem dúvida um critério básico para a elaboração e vivência do Projeto Comunitário como prática de fidelidade à Província e à Congregação: procura-se aqui vivenciar não somente a identidade ao Instituto, mas sobretudo a **identificação** ao mesmo.

Essa perspectiva não é bairrismo ou auto-suficiência do **nosso** sobre a Igreja, mas a vivência da Comunhão e Missão dentro de uma unidade da Congregação — Província — para melhor servir a Igreja. Além disso, a não vivência desse espírito de pertença, pode levar a conceber a Província como uma simples **federação de Comunidades** e pior ainda uma simples **soma** das mesmas. Isto provocaria uma inconsistência com relação à herança comunitária provincial e ao sentido de pertença, interferindo seriamente no processo de renovação, podendo chegar até à indiferença e ao desafeto, levando muitos religiosos e Comunidades a se distanciarem tanto do Instituto, que irão buscar seus grupos de referência, i.é, seu ideal de vida, em outras Congregações e até em grupos leigos e/ou não cristãos.

3º critério: A consciência e vivência do sentido de co-fundadores

O sentido de pertença ao Instituto e a identificação com ele, tendo-o como uma Comunidade de referência, são alimentados pelo mesmo sangue, vindo de um mesmo coração: o Fundador e sua Graça Capital-Fundacional.

O Carisma do Fundador é um dom que Deus dá à Igreja e na medida em que se comunica, “se despersonaliza” com relação ao Fundador e torna-se propriedade da Comunidade. Esta não pode institucionalizá-lo pois a fidelidade ao Fundador é fidelidade a **seu** espírito, a **sua** intuição, a **sua** fidelidade ao Espírito. Do contrário corremos o risco de viver numa Instituição sem

Carisma ou de um Carisma sem Instituição e, pior ainda, de vivermos um Carisma sem Evangelho ou de um Evangelho sem Carisma. São tensões que sempre estarão presentes, pois sempre conviveremos com o homem velho que está em nós e a celebração da Páscoa permanecerá uma exigência permanente.

Essa fidelidade ao Fundador entretanto não se situa fundamentalmente na perspectiva do fazer, mas do ser. Por isso, importa aqui não confundir a missão do Fundador e da Congregação com suas obras, nem estas com aquela ou esta obra. A fidelidade fundacional e congregacional é uma fidelidade ao ser e à missão e jamais pode esgotar-se nas obras e menos ainda nesta obra concreta.

Situa-se aqui uma das mais graves questões em termos de fidelidade dinâmica, no sentido de não repetir, nem copiar o Fundador, mas de inspirar-se nele e recriá-lo, procurando traduzir para nossos dias a **Intuição Fundamental** que teve. Em síntese seria responder à pergunta: "Que faria e sobretudo que seria hoje e aqui o Fundador?"

Nesta perspectiva é fundamental nossa **reconciliação** com o **único espírito do Fundador**, tentando concretizar dinamicamente a vida dele em cada um de nós, através do Projeto Comunitário. Dizemos dinamicamente porque se a vida de um Fundador continua sempre a mesma, não podem ser idênticas as **vidas** do Fundador concretizadas em cada um de seus discípulos.

Neste sentido seria muito proveitosa para a elaboração e vivência do

Projeto Comunitário e do Projeto Provincial, a prática do "EXERCÍCIO PARA DESCOBRIR E APROFUNDAR O CARISMA DO FUNDADOR". Congregações que o fizeram, tanto em nível Provincial como de todo o Instituto, sentiram renascer o Fundador em seus membros e comunidades, com excelentes frutos de renovação.

Em síntese tal exercício é uma caminhada de encontro com o Fundador, com os primeiros discípulos, a história memorial da Congregação e da Província, na perspectiva do Carisma fundacional e congregacional. Damos aqui os principais passos, certos de que muitas Províncias e Comunidades hão de tirar proveito.

1ª Fase: A pessoa do fundador e o contexto em que viveu.

a) **A pessoa do Fundador:** Tente construir um perfil do Fundador... Qual seu temperamento, sua educação, sua vida espiritual... Como amou a Jesus, como se relacionava com Maria e os Santos... Quais as passagens da Escritura de sua preferência... Quais suas devoções... Em síntese, como descreveria o espírito do Fundador?

b) **O contexto em que viveu:** Levando em conta a época em que o Fundador viveu, procure descrever o mundo de então: a situação econômica, política, social, espiritual, etc. Como era a hierarquia, o Povo de Deus... Como fundou o Instituto? Qual a profunda intenção dinâmica da missão desse Instituto...?

2ª Fase: A herança comunitária.

Construa o perfil da vida seqüencial e contínua do Instituto... Qual o apogeu de suas experiências: Santos, acontecimentos de grande feito apostólico, perseguições... Quais as crises, os momentos de pecado comunitário e conversão comunitária, suas experiências "pascais". Como o espírito do fundador tem sido transmitido através de formas diferentes de expressão condicionadas pela cultura? Não deixe de meditar também nos primeiros membros da Congregação: como viviam, como responderam a seu tempo, etc.

3ª Fase: O carisma hoje em mim e em meus co-irmãos.

Na presença de Deus e pedindo luz ao Espírito Santo, eu me pergunto: "Quando me senti mais profundamente religioso? Isto é, em que ocasião dentro da vida da comunidade ou do trabalho apostólico, senti que estava realmente sendo e fazendo aquilo a que fui chamado a fazer? Pode ser que naquela hora não tenha refletido sobre isso, agora, que estou refletindo, qual foi a ocasião? Medite sobre isto, sinta, "saboreie-o". Agora eu me pergunto: o que estava realmente fazendo? Não a ação específica (que poderia ter sido: ensinar, dando uma aula de religião, lavando louça, etc...) **mas a profunda identidade religiosa e missão que eu estava manifestando...**

Agora eu me pergunto: Quando vi o nosso chamado comum mais autenticamente incorporado num membro de nossa comunidade? Isto quer dizer, em que ocasião, dentro

da vida da comunidade ou em trabalho apostólico... ou simplesmente na vida cotidiana de uma pessoa... Vi claramente e verdadeiramente, um testemunho da encarnação em vida daquilo que nós fomos chamados a ser/fazer? Reflita sobre isso. Agora eu me pergunto: o que Ele/Ela estava sendo/fazendo? Não especificamente, mas a profunda resposta sendo expressa.

4ª Fase: O carisma do Fundador.

Agora, à luz das reflexões feitas nas diversas etapas, e **usando suas próprias palavras**, isto é, deliberadamente — não consulte as Constituições —, os documentos Capitulares, etc. complete as frases: Nós, religiosos, somos chamados para...

Dinâmica: Cada religioso responde em particular e leva ao grupo a definição de Carisma num papel grande. Tabulam-se as contribuições de cada um e chega-se a uma só definição do grupo. Cada grupo leva ao plenário sua síntese, juntos, elabora-se a definição final. (Apud: JOHN CARROL, s.j. e colaboração de Dr. NICK COLARELL).

4º critério: Uma nova consciência eclesiológica e de Vida Religiosa

A fidelidade da Igreja ao Espírito está fazendo surgir uma nova forma de ser Igreja e partilhar sua missão, e, portanto, uma nova forma de **autocompreensão da missão da própria Vida Religiosa dentro** dessa mesma Igreja.

A Igreja apresenta-se hoje em primeiro lugar como **COMUNIDADE**, oferecendo ao mundo dos ho-

mens a própria vivência comunitária como sinal e antecipação da Utopia do Reino de Deus, a exemplo do testemunho das Comunidades da Igreja Primitiva.

Em segundo lugar apresenta-se **PROFÉTICA e LIBERTADORA** dedicando-se preferencialmente na promoção dos mais necessitados como sinal visível de seu seguimento mais radical a Jesus Cristo: não apenas anuncia o Reino de Deus mas já o faz realidade mediante a Palavra, o Testemunho, a própria vida e a ação evangelizadora.

Em terceiro lugar, a Igreja apresenta-se como **SERVA DO POVO**,

procurando nele **encarnar-se**, assumindo sua realidade, sendo aí **fermento** através de Pequenas Comunidades que são ao mesmo tempo Kerigma, Koinonia e Diaconia, i.é, Anúncio, Comunidade e Serviço.

Essas três dimensões do ser e missão da Igreja, formam um novo **horizonte eclesiológico e de Vida Religiosa**, constituindo para nós Religiosos, tanto para as Comunidades como para as Províncias, um profundo apelo de fidelidade ao elaborarmos n o s s o s Projetos de Vida, perpetuando assim uma de nossas características fundamentais: o amor afetivo e efetivo à Igreja.

II. A PRÁTICA DA FIDELIDADE

Acabamos de ver os critérios orientadores da fidelidade por parte das Comunidades à Província, à Congregação e à Igreja na elaboração e vivência do Projeto Comunitário:

- O verdadeiro sentido de transferência.
- O sentido de pertença ao Instituto.
- A consciência e a vivência do sentido de co-fundadores.
- A nova consciência eclesiológica e de Vida Religiosa.

Pretendemos agora abordar a parte concreta de nossa reflexão: a **prática dessa fidelidade**, cuja vivência implica uma dupla responsabilidade:

- A) a da Província
- B) a das Comunidades.

A) A responsabilidade por parte da Província

A Província que é a "Comunidade das Comunidades" não pode estar ausente na elaboração e vivência, por parte das Comunidades, do Projeto Comunitário. Precisa fazer-se presente numa dupla responsabilidade.

a) A responsabilidade em ter um Projeto Provincial.

Quando falamos em **Projeto Provincial** não insinuamos nenhuma **sofisticação de organização** em nível provincial. Mutatis mutandis, poderíamos aplicar às Províncias o que o Ir. Basílio Rueda diz em sua Circular das diversas Comunidades: Cada uma tem sua situação, sobretudo, cada uma vive um momento histórico peculiar e que renovar-se

significa para ela melhorar essa situação de acordo com os recursos disponíveis. Deus nos acolhe como somos, apesar de nos pedir ao mesmo tempo: "Se de e perfeitos como meu Pai Celeste é perfeito" (Mt 5,48).

Nesta perspectiva podemos afirmar que toda Província tem seu Projeto de Vida, podendo consistir:

- Numa ou várias Prioridades bem definidas.
- Num ou vários objetivos bem explícitos.
- Numa ou várias Linhas de Ação, vindas de Capítulos Provinciais ou orientações do Provincial e seu Conselho.
- Num Plano de Renovação elaborado com a participação de todos os religiosos da Província.

E assim outras modalidades.

A situação da Província portanto em termos do **"tipo de Projeto Provincial"** não é o que importa fundamentalmente. O que importa é sobretudo que cada Província tenha um **"mínimo de definição e opção"** i.é, algo bem claro e definido, como definição de Prioridades para orientar as Comunidades, cabendo a estas a maior responsabilidade na elaboração e vivência do Projeto Comunitário.

Cabe aqui a observação de que a **"descentralização do Instituto"** constitui um apelo para a vivência da **Catolicidade** e sobretudo da **Unidade** do Instituto, pois a Província é para a Congregação o que as Comunidades são para a Província.

Situa-se aqui também a questão do Governo no Instituto e em consequência a grande responsabilidade da **Animação inter-Comunitária**, i.é, da **Animação Congregacional** entre todas as Províncias da Congregação, e a **Animação Provincial** entre todas as Comunidades das diversas Províncias.

Parece-nos esta questão muito importante se, por Governo queremos entender, não somente a administração, mas sobretudo **ANIMAÇÃO**, concebida como a **promoção da fidelidade entre o Carisma das Pessoas e da Congregação com os Sinais dos Tempos**.

A Congregação não é uma **federação** ou uma **soma** de Províncias nem as Províncias a federação ou soma de Comunidades. Por isso a descentralização do Instituto pode provocar o surgimento de uma **nova unidade**, fruto não tanto de regras ou normas, mas de projetos de vida à luz das Constituições e dos apelos da Igreja.

Neste contexto configura-se claramente o valor e a importância do Projeto de Vida Comunitária, assim como do Projeto Provincial como o afirma o Ir. Basílio na Circular: "Se se deixou algum espaço livre, é para que cada Província planeje melhor sua renovação, mas uma renovação real, evangélica, conciliar e capitular: e não outra. Além disso, a Província deverá refletir sobre seus objetivos, seus meios, seus planos a fim de que haja uma coerência com os Projetos Comunitários" (Cf. Circular, pág. 87).

É interessante como se afirma de modo explícito, que a Província pro-

cure “uma coerência com os Projetos Comunitários” e por outra as Comunidades vivam a fidelidade à Província ao elaborarem seus Projetos Comunitários. É o fluxo e o refluxo da base para o centro e deste para a base, dinâmica tão importante para um processo profundo de renovação, baseado na participação e na corresponsabilidade.

Fazemos notar que o Projeto Provincial precisa ter uma dupla faceta: uma de **Conteúdos** e a outra de **Animação**. A faceta de conteúdos vem formada pelas Prioridades e sua operacionalização em Objetivos e Critérios de ação bem claros, formando esse conjunto o **Plano de Renovação da Província**, carta magna para as Comunidades em termos de uma definição e opção provincial. A faceta animação, será constituída pelo **Projeto de Animação** cuja finalidade é a de auxiliar todas as Comunidades a viverem sua vida religiosa através do Projeto Comunitário. Seria em síntese o projeto da animação provincial da qual o Coordenador nato é o Provincial.

b) A responsabilidade por parte da Província em ajudar as Comunidades.

Esse apoio da Província em ajudar as Comunidades na elaboração e vivência do Projeto Comunitário consiste na criação de condições que possam favorecer a vivência de uma **fidelidade mútua**. Para a Província, sobretudo para o Provincial vem a ser o exercício do **Ministério da Animação** entendido como já o dissemos, na fidelidade ao Carisma das pessoas e da Congregação com os Sinais dos Tempos. É aqui a hora

da execução do **Projeto de Animação das Comunidades** do qual acabamos de falar. Trata-se da animação na etapa da elaboração dos Projetos, tendo como objetivo garantir que cada Comunidade **defina** seu Projeto de Vida muito encarnado, fiel à Comunidade e ao contexto onde vive e ao mesmo tempo fiel à Província assumindo as prioridades do Projeto Provincial.

Muitas são as alternativas de ajuda por parte dos Governos Provinciais às diversas Comunidades na elaboração e vivência do Projeto Comunitário. Vai depender muito da fase de organização da Província. Citamos aqui somente algumas alternativas seja para a elaboração como para a vivência do Projeto Comunitário.

a) Alternativas de animação para a elaboração do PVC.

01. Envio de orientações práticas para a elaboração do Projeto Comunitário.

02. Envio das Prioridades da Província, sobretudo se não foram definidas com a colaboração de todos os Religiosos.

03. Envio de orientações e oferta, ao mesmo tempo às Comunidades, da possível presença do Provincial, de um Conselheiro ou outro Religioso a pedido da Comunidade para a elaboração do Projeto Comunitário.

04. Formação de Animadores de Comunidade, sendo um dos itens uma certa capacitação na metodologia e passos para elaboração do Projeto Comunitário.

05. Um espaço no final de um Retiro com a presença de toda a Província — quando isto é possível — durante o qual cada Comunidade elabora seu Projeto Comunitário, pelo menos nas suas linhas gerais. Aqui a ajuda torna-se mais fácil e será de grande proveito a partilha entre as Comunidades dos conteúdos e da experiência vivida pelas Comunidades ao elaborarem seu Projeto de Vida.

06. Dois dias no final de um Capítulo ou Assembléia de elaboração do Projeto Provincial. Aqui cada Comunidade, tendo as linhas da Província bem claras e definidas e inclusive participado na sua elaboração, fica mais fácil para elas a elaboração do Projeto Comunitário.

b) Alternativas de animação para a vivência do PVC.

A experiência tem demonstrado o quanto é válido, estimulante e eficaz a animação provincial para a vivência do Projeto Comunitário. A fraqueza humana é grande e facilmente “o que foi escrito, fica escrito”, se além da animação local não há uma animação Provincial.

Citamos aqui algumas modalidades de animação nessa vivência:

01. Cada comunidade envia ao Conselho Provincial seu Projeto Comunitário para que este o examine, faça as observações oportunas, podendo enviar-lhe inclusive uma carta de estímulo e legitimação.

02. Aproveitamento da visita do Provincial às Comunidades para, junto com todos os Religiosos, ava-

liar a caminhada e reenforcá-la dentro dos critérios da Corresponsabilidade, da Comunhão e Participação.

03. Cursos de formação de animadores de Comunidade com uma insistência especial sobre o Projeto de Vida Comunitária.

04. Reunião dos Coordenadores de cada Comunidade com o Provincial e seu Conselho para um intercâmbio de experiências sobre o modo de elaboração e vivência do Projeto Comunitário.

Tal modalidade favoreceria a ajuda e estímulo mútuo, assim como possíveis sugestões de reenfoque que levados às Comunidades poderiam ser incorporadas após diálogo e discernimento.

B) A responsabilidade das comunidades

Trata-se aqui da corresponsabilidade das Comunidades em assumir a fidelidade ao Fundador e ao Carisma Congregacional, elaborando um Projeto Comunitário, fiel ao mesmo tempo ao Projeto Provincial e à Missão da Comunidade. Isso será conseguido através do exercício da transferência, traduzindo e recriando o Projeto Provincial para sua própria realidade e contexto, na perspectiva do mandato recebido, isto é, na vivência do “envio”, para uma determinada Missão, num determinado lugar e com as pessoas bem concretas que irão compor a Comunidade.

Tal caminhada, poderá ser vivida dentro de duas perspectivas:

1. Interiorização e vivência dos princípios básicos de uma autêntica transferência ou fidelidade à Província.

2. Elaboração do Projeto Comunitário numa dupla fidelidade: ao Projeto Provincial e à própria Comunidade.

1. Interiorização e vivência dos critérios básicos de uma autêntica fidelidade.

Permitimo-nos retomar sinteticamente o que falamos no 1º Capítulo de nosso trabalho. O nível prático desse artigo nos autoriza a fazer isso.

Trata-se em primeiro lugar, da convicção por parte de todos os membros da Comunidade, de que elaborar e viver o Projeto Comunitário supõe a vivência de muita criatividade, discernimento e conhecimento, tanto da própria realidade como do contexto onde foi enviada a testemunhar sua Missão. Supõe igualmente o conhecimento do Projeto Provincial e a vivência da razão de ser e profundidade do "envio": Somos Província e temos que responder como Província, i.é, como Comunidade e não como federação.

Trata-se em segundo lugar de aprofundar o princípio de co-fundadores com nosso Fundador, convencidos de que ele recebeu a graça de iniciador e nós a graça de continuadores. Aqui também fica o desafio de recriar e traduzir o fundador e não só de repeti-lo. Sua vida deverá ser uma "Nova Vida" em nós e ao redor de nós. Que faria hoje, o Fundador se estivesse aqui para cumprir essa missão? Que faremos para recriá-lo hoje?

Trata-se em terceiro lugar de viver a identidade Religiosa numa identificação com ela. Viver uma pertença vital e não só jurídica. Neste sentido as Constituições, a história do Instituto, a história da Província e em particular a história da Comunidade deveriam ser os referenciais permanentes de cada Religioso. Na prática este terceiro princípio deveria traduzir-se numa guerra permanente à rotina para assumir a história da Província e da comunidade, como convertidos e não só como puros "observantes". Só assim será vital a pertença ao Instituto.

Trata-se em quarto lugar de assumir a nova consciência eclesiológica e de Vida Religiosa: a Igreja como Comunidade, Serva do Povo e comprometida profética e preferencialmente com os mais necessitados. Esse novo horizonte eclesiológico será para as Comunidades uma luz orientadora na elaboração e vivência do Projeto Comunitário.

2. A dupla fidelidade na elaboração e vivência do Projeto Comunitário.

Chegamos ao ponto nevrálgico de nosso tema: O Projeto Comunitário como prática da fidelidade ao Projeto Provincial e à própria missão da Comunidade à luz das Constituições. Trata-se aqui portanto de uma dupla fidelidade à Província, à própria Comunidade e sua missão.

2.1. O projeto Comunitário como prática da fidelidade à Província.

Vimos como cada Província tem seu Projeto, por mais simples que seja e, quanto mais simples, melhor.

Será no conhecimento desse plano Provincial e sobretudo no assumir do mesmo de modo dinâmico e criativo, recriando-o e traduzindo-o no Projeto Comunitário, que vai consistir a fidelidade da Comunidade à Província. Neste sentido é importante a vivência do sentido do envio e da pertença: é a Província que envia, é a Província que fundou nossa Comunidade. Juntos como Comunidade responderemos como Província a uma missão. Em nós e por nós, é a Província que responde.

A vivência desse dinamismo criativo na fidelidade à Província e do sentido de "envio" e da "pertença" levará as Comunidades a evitar a tentação de transformar seu Projeto Comunitário num simples calendário ou agenda de atividades ou pior ainda a tentação de pretender fundar uma nova Província ou em viver em contradição com os rumos da atual.

Como exemplificação transcrevemos aqui o Projeto Comunitário de uma das Comunidades de uma Província. Esclarecemos que é algo exemplificativo, tanto no conteúdo como na modalidade de elaboração. O que se pretende aqui é mostrar o esforço de **fidelidade mútua** tanto da Comunidade como da própria Província, pois esta elaborou também seu Projeto Comunitário discernindo e assumindo com a participação de todos os Religiosos, as quatro prioridades que vemos assumidas também pela Comunidade da qual estamos falando. Fazemos notar igualmente que o Governo desta Província elaborou o Projeto de Animação como ajuda a todas as

Comunidades na vivência dessas prioridades.

Nosso projeto comunitário

Nosso Projeto Comunitário quer ser a vivência da fidelidade ao Projeto Provincial e à realidade de nossa Comunidade e à irradiação da mesma em nossa Igreja local. Foi neste sentido que procuramos traduzir para nossa realidade as **PRIORIDADES** de renovação assumidas em nível de Província.

Primeiro Projeto: Vida Comunitária.

Diagnóstico:

- Diálogo pouco profundo.
- Falta de avaliação das atividades.
- Oração pouco comprometida.
- Pouca reflexão sobre a Teologia da Vida Religiosa.

Acontecimentos novos: Os Irmãos terão neste ano sua residência fora o que pode provocar muita dispersão.

Linhas de Ação:

- Criar condições para uma profunda vida de Oração.
- Viver a mística da entreajudade: "Caminhar juntos".
- Estudo Religioso na linha de uma reflexão comunitária.
- Atenção à pessoa de cada Irmão em sua individualidade.

Atividades:

- Estudo Religioso três vezes por semana.
- Oração mais partilhada e vivenciada.

— Encontros intercomunitários para uma maior comunicação com os demais religiosos da cidade.

— Maior busca e valorização de cada Irmão.

— Criação de "espaços de vida" para encontros em profundidade.

Segundo Projeto: Promoção Vocacional.

Diagnóstico:

— Pouco testemunho de autênticos religiosos.

— Catequese deficiente na linha do compromisso cristão.

— Pouco cultivo pessoal na linha de um crescimento vocacional.

Linhas de Ação:

— Possibilitar o crescimento da vocação de cada Irmão.

— Promover uma catequese na linha do Compromisso cristão.

— Favorecer o seguimento dos vocacionados.

Atividades:

— Sondagem sobre a Vida Religiosa.

— Intensificação do Movimento de Jovens.

— Promover dias de retiro e aprofundamento da fé.

— Dar especial cuidado ao seguimento dos vocacionados.

Terceiro Projeto: Evangelização.

Diagnóstico:

— Pouca participação dos Irmãos na Pastoral da Paróquia.

— Falta de preocupação na formação dos professores leigos.

— Insuficiente coordenação da catequese e sua integração com os demais serviços: pedagógico e educacional.

Linhas de Ação:

— Unificar e coordenar o trabalho da Pastoral.

— Promoção dos professores na linha da Pastoral.

— Catequese na linha de atitudes cristãs.

Atividades:

— Integração dos diversos serviços: de Orientação Pedagógica, Educacional e Religiosa.

— Reunião de formação com os Catequistas.

— Reuniões quinzenais com os funcionários para integrá-los na ação educativo-pastoral.

— Integrar a família na ação Pastoral.

— Intensificar a vida de oração aproveitando a capela do colégio para viver momentos fortes de oração.

— Levar os alunos, professores e pais ao compromisso com os mais necessitados.

Quarto Projeto: Inserção.

Diagnóstico:

— Pouca participação dos Irmãos nas atividades paroquiais.

— Pouca inserção nos movimentos de jovens da cidade.

— Insuficiente compromisso com os mais necessitados.

Linhas de Ação:

— Conscientizar a Comunidade Escolar e Religiosa sobre o problema dos marginalizados da cidade.

— Criar condições de integração da Comunidade com a Paróquia e a Diocese.

— Integração com os Religiosos e demais obras educativas da cidade.

Atividades:

— Participação da Comunidade nas reuniões dos Religiosos e das obras educativas.

— Promover atividades de compromisso com os mais necessitados seja com os jovens, seja com a Associação de Pais e Mestres.

— União com os movimentos de Promoção Humana existentes na cidade ou região.

Observação:

Em todos os últimos sábados de cada mês, haverá uma reunião comunitária para uma avaliação do mês anterior e planejamento do mês seguinte.

2.2. O Projeto Comunitário como prática da fidelidade à própria Comunidade e à sua Missão.

O tema da elaboração e vivência do Projeto Comunitário como prática da fidelidade à própria Comu-

nidade e à sua Missão vem tratado de modo amplo, explícito, profundo, detalhado e claro na Circular do Ir. Basílio Rueda, acrescido agora pelo **CAPÍTULO COMPLEMENTAR** que relativiza aspectos, ressalta alguns e reenfoca muitos outros.

Remetemos portanto o leitor à Circular, sobretudo ao Capítulo Complementar no qual de coração aberto, corajoso e firme o Ir. Basílio dá às Comunidades orientações adequadas de acordo com as diversas situações e tipos de Comunidades e portanto tipos de soluções correspondentes, através de modalidades de Projetos Comunitários. Estamos assim dispensados de desenvolver esse tema.

Permitimo-nos mesmo assim, expor algumas **tensões** na prática dessa fidelidade certos de que poderão ajudar a vivê-la mais profundamente. Tais tensões serão o tema da terceira e última parte desse artigo.

III. ALGUMAS TENSÕES NA PRÁTICA DA FIDELIDADE

A fidelidade sempre é uma radicalidade mas nunca uma radicalização. Ela é o equilíbrio entre os extremos, e não a polarização para um deles. Ela é o fiel da balança. Por isso é exigente, como exigente é a radicalidade do equilíbrio.

Na elaboração e vivência do Projeto Comunitário como prática da fidelidade à Província, à Congregação e à Igreja encontramos-nos permanentemente **tensionados** frente a inúmeras situações e opções. Corremos o perigo de polarizar-nos e prejudicar a vivência dessa fidelidade.

Permitimo-nos citar algumas dessas **tensões** mais como um alerta do que como uma abordagem específica. Tais tensões referem-se tanto à dinâmica interna como à dinâmica de irradiação externa não só da Comunidade mas também da Província, pois, conforme o demonstramos nesse artigo a **fidelidade é mútua** e as tensões comunitárias são vividas "mutatis mutandis" também em nível provincial e até congregacional.

01. Tensão entre o Carisma pessoal e o Carisma Comunitário ou Congregacional. O Carisma do Fun-

dador está nas pessoas e não na Instituição. O Carisma Congregacional é a Missão para a qual a graça do Carisma é concedido às pessoas. Entretanto a Missão do Instituto não pode ser realizada em sua totalidade por um só membro, através de uma obra solidária: daí o Projeto de Vida Comunitária. Como discernir e administrar todos esses dons de Deus? Eis uma tensão que importa equacionar: nem institucionalizar nem despersonalizar.

02. Tensão entre pedagogia do diálogo e pedagogia do conflito. Somos históricos e portanto limitados. Toda inter-ação dificilmente estará isenta de dificuldades. Daí a tensão: diálogo e conflito. Pedagogia do diálogo ou pedagogia do conflito? Haverá Vida Comunitária sem contradições, sem incoerências, sem diversidade, sem inconsistências? Que pedagogia assumiremos? A do conflito ou a do diálogo? A pedagogia simplesmente antropológica e filosófica ou a pedagogia histórica e situacional? O “cultivo das imperfeições” não seria a melhor alternativa? A celebração da Páscoa é Paixão e Ressurreição e não tanto Paixão ou Ressurreição.

03. Tensão entre rotina e criatividade. A vida está se tornando cada vez mais complexa e portanto mais exigente. Como evitar a acomodação e a rotina que embotam? Que fazer para não ser um burocrata ou um funcionário da Vida Comunitária? Como recomeçar cada dia, avaliando, reenfocando, recriando sempre?

04. Tensão entre discurso e prática. Como elaborar um Projeto Comunitário que não seja mais um dis-

curso programático, ou uma possível fuga de uma prática, tornando-nos vítimas de nosso próprio discurso? Como conciliar discurso e prática?

05. Tensão entre Projeto e projeção. Ser objetivo custa muito: é uma autêntica ascese. Como conciliar a tensão entre Projeto que é um processo concreto de mudança a nível de atitudes e a partir de prioridades com uma simples “projeção” que é fruto de pretextos, justificativas, evasões e até imaginação?

Projeto é ponte entre a fé a ação, entre o que aceitamos e o que fazemos. O Projeto pode ser um instrumento para realizar concretamente as esperanças e as aspirações que Deus colocou no coração dos membros de uma Comunidade. Ele torna visível o progresso do Reino: reflexão e ação. Elaboramos e vivemos Projetos ou fazemos “projeções”?

06. Tensão entre processo de renovação e episódios de renovação. A continuidade, a constância, a perseverança são exigentes. Como equacionar a tensão entre um processo de renovação que exige seqüência, organicidade, unidade e a dinâmica de simples episódios de renovação vivida através de esforços isolados, paralelos e até opostos? A programação de nossas atividades constitui a prática de um processo ou simplesmente um “pacote” de atividades sem nexos entre uma e outra?

07. Tensão entre Pessoa e estruturas. Numa instituição há pessoas e estrutura. A estrutura está na linha das funções, dos cargos, das tarefas, da produção. O mundo das pessoas é o mundo do humano e

este o mundo das relações, das interações. Institucionalizamos ou humanizamos? Discutimos ou nos inter-relacionamos? Nosso compromisso comunitário é só verbal ou também emocional? Como viver essa tensão? Somos filhos "institucionalizados", i.é, peças de uma engrenagem ou pessoas ricas nas relações? Geramos filhos "institucionalizados" ou filhos libertos, comunitários, porque filhos do diálogo e da inter-relação?

08. Tensão entre Missão e Obra. A Missão é uma realização ao mesmo tempo das pessoas e da Comunidade através do Testemunho e da Palavra. É um todo. A Missão não se confunde com Pastoral e menos ainda com obras ou ações apostólicas. As obras são meios. Por isso sempre que se quis revitalizar a Missão à base de seleção de ações pastorais e ações apostólicas mesmo muito boas, o resultado foi estéril. Como viver essa tensão? Como viver a tensão entre que é o ser no fazer e o simples fazer?

09. Tensão entre Administração e Animação. Governar tem várias funções: administrar, tomar decisões, dar ordens, dedicar tempo ao burocrático, etc. e sobretudo animar. Animar não é tanto exortar ou suplicar, é sobretudo **motivar em profundidade**. Animar é promover a fidelidade entre o Carisma das Pessoas e da Congregação com os sinais dos Tempos. Como viver a tensão entre administração e animação tanto a nível local como provincial, e garantir uma prática de renovação através do Projeto Comunitário na linha da animação?

10. Tensão entre o micro e macro processo. Toda realidade está situada dentro de um quadro maior que lhe dá sentido. O quadro maior e o quadro menor se inter-relacionam e explicam. Como viver a tensão entre o doméstico e o abrangente? Entre o espontaneísmo e a objetividade? Entre "capela" e Igreja. Construimos Igreja ou somos "capelinhas"?

11. Projeto e Espírito. Projetar é calcular, é programar, é prever. O Espírito é imprevisível, sopra onde, quando e como quer. Como conciliar espontaneidade e programação, previsão e imprevisto, busca e acolhida, vida e ação, Espírito e esforço humano? Como viver esse equilíbrio através do Projeto Comunitário? Como o discernimento e a oração preside todo esse processo de tensão e fidelidade?

12. Tensão entre renovação e reforma. Renovação é transformação, é mudança de mentalidade, sobretudo de atitudes. Renovação é a vivência do "NOVO" e não tanto busca de novidades. Renovar implica além disto **innovar** e em consequência **assumir o risco**.

Reformar é acomodar, é melhorar perifericamente, é conciliar. Que queremos com o Projeto Comunitário tanto a nível local como provincial? Renovação ou simplesmente reformas?

Na avaliação buscamos medir ou pesar? Vivemos inquietações simplesmente psicológicas ou as teológicas vindas do Reino?

Paramos aqui de relacionar as possíveis tensões na prática da fide-

lidade à Província, à Congregação, à Igreja e sobretudo à própria Comunidade ao elaborar ou viver o Projeto Comunitário. Tivemos simplesmente a finalidade de insinuar que as coisas são mais exigentes e sérias do que pensamos. Se o Projeto Comunitário é um **Novo e Profundo** modo de viver nossa Vida Religiosa, ele tem seu preço. Não é um simples episódio, mas um compromisso **comunitário** com todas as implicações que isto significa. Por isso nos permitimos expor aqui sinteticamente alguns critérios de avaliação da caminhada numa perspectiva do **discernimento**, i.é., na perspectiva de **pesá-la** e não de simplesmente medi-la

Profundidade contra superficialidade. Paz contra agitação. Liberdade contra servidão. Dinamismo contra indiferença. Autenticidade contra racionalização. Caridade contra egoísmo. Realidade contra imaginação. Igreja contra capelinha. Comunidade contra grupinho.

Terminamos este artigo repetindo a síntese do que seja uma autêntica Vida Religiosa hoje, na perspectiva do Projeto Comunitário: Deus nos consagra ao seguimento de Cristo **em Comunidade** para o cumprimento de uma Missão à luz do Carisma Congregacional numa Igreja Particular.

O sentido de pertença

A pertença à Comunidade, à Província, à Congregação não é tanto jurídica quanto vital. É por ela que o Religioso vive a atitude de membro consciente e ativo. A perseverança é uma conquista e, portanto, uma caminhada dinâmica de cada membro até conseguir que a Congregação e a Província sejam o seu *Grupo de Pertença* e, sobretudo, o seu *Grupo de Referência*, isto é, até conseguir que os valores, o espírito, os objetivos, o estilo de apostolado, o carisma, iluminem e determinem a estrutura subjetiva de seu ser. A crise de pertença é conseqüência da crise do sentido de referência. A Congregação continua sendo o seu grupo de pertença mais deixou de ser o seu grupo de referência, isto é, seu ideal de vida.

Governo e Província Religiosa

GOVERNAR tem várias funções: administrar, tomar decisões, dar ordens, dedicar tempo ao burocrático, etc. e, sobretudo, ANIMAR. Animar não é tanto exortar ou suplicar. É, em primeiro lugar, motivar em profundidade. Animar é promover a fidelidade entre o carisma das pessoas e o carisma da Congregação com os sinais dos tempos. Como viver esta tensão entre Governo (administração) e animação tanto em nível local como provincial? Leia, a este respeito, o trabalho da página 103.

COMUNICAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

1

CENTRO COMUNITARIO DE SAÚDE DO MEPES

Pe. Humberto Pietrogrande, SJ
Anchieta, ES

I. Apresentação

O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo — **MEPES**, Entidade Promocional, atua essencial e prioritariamente nos municípios de: Anchieta, Alfredo Chaves, Rio Novo do Sul, Iconha, Piúma, São Gabriel da Palha, S. Mateus e outros onde está em implantação, todos no Estado do Espírito Santo. O Movimento foi estruturado em 1968, nascendo sob o prisma da educação agrícola, especificamente, tentando dar uma resposta a dois setores de estrangulamento do crescimento das Comunidades: 1. Setor da Educação formal. 2. Setor da Saúde (educação sanitária).

Elaborou dois tipos de propostas para esta realidade:

1. ESCOLAS — FAMÍLIAS AGRÍCOLAS. Estas para o setor de educação não formal. Estão sendo implantadas com relativo sucesso e já transplantadas para outras áreas do Estado e do País, oferecen-

do uma nova alternativa ao ensino formal para o meio rural.

2. CENTRO COMUNITARIO DE SAÚDE. É a resposta aos problemas da educação sanitária. Por uma série de dificuldades e impecilhos, restringiu-se até agora, ao Município de Anchieta, quase exclusivamente.

Com estas experiências o MEPES se define como um laboratório que testa experiências e iniciativas que, posteriormente, poderão ser levadas a outras áreas carentes, para realização de serviços básicos.

II. Finalidades

A finalidade do MEPES, conforme seu Estatuto é a seguinte: "A entidade tem por finalidade a promoção integral da pessoa humana. Gratuitamente, promove a educação e desenvolve a cultura, através da ação comunitária, numa ampla atividade inerente ao interesse da agri-

cultura e, principalmente, no que concerne à elevação social do agricultor do ponto de vista religioso, intelectual, técnico, sanitário e econômico" (Art. 4º Estatuto).

A finalidade do Centro Comunitário de Saúde (CCS) é a seguinte: "O CCS é o órgão que tem por finalidade promover a educação sanitária no meio rural, orientando as Comunidades para as vantagens da medicina preventiva e criando condições para que ela seja amplamente exercida".

III. Histórico

Desde os estudos preliminares realizados na área de atuação do MEPES, como também em outras áreas subdesenvolvidas observadas, o problema da saúde apresentou-se essencialmente prioritário com duas características:

1 — Falta de recursos médico-sanitários.

Na área abrangida pelo MEPES (5 municípios do Sul de ES), não existia um único hospital ou maternidade, até 1968. Não havia unidades sanitárias e na área total existia um único médico, que além da medicina exercia um cargo político (deputado estadual).

2 — A ausência de uma atividade de educação sanitária acarretava a presença de hábitos higiênico-sanitários errôneos, com graves consequências para a saúde das pessoas e Comunidades, sem defesa contra a ação de agentes infecciosos.

Isso levou à conclusão de que a ação deveria desenvolver, paralela-

mente, criando-se uma estrutura médico-sanitária e uma ampla atividade de educação.

Era necessária a implantação de uma estrutura que permitisse o exercício da medicina curativa, mas ainda mais, partir para uma educação que implantasse a medicina preventiva.

Por isso foi elaborado um projeto que previa a criação de um Centro Comunitário de Saúde para atendimento destas necessidades. O projeto previa a construção de um hospital-maternidade para atendimento médico-hospitalar dos doentes, como também, a implantação de 13 unidades sanitárias, denominadas "ambulatórios de campo" com a finalidade precípua de agir nas comunidades através da educação.

O maior problema foi a formação da equipe para assumir este trabalho e que deveria ser constituída por um médico e agentes promocionais, a atuarem no interior, enfrentando a precariedade de recursos, os mínimos que o MEPES poderia garantir. Era pois, necessário, além de uma capacitação profissional não comum, um idealismo quase heróico para enfrentar situações difíceis com a compensação de um salário irrisório (em 1971 era de apenas Cr\$ 600,00 para cada médico).

O governo da Holanda aprovou a estruturação do projeto e se comprometeu na execução de parte do mesmo: a construção do prédio para hospital-maternidade. As comunidades locais começaram a se movimentar para a construção dos am-

bulatórios de campo (mini-postos de saúde) e para a participação em cursos de esclarecimento e formação higiênico-sanitária.

O governo do Estado, bem limitado nos recursos disponíveis, pouco contribuiu a nível econômico, mas, muito mais com apoio moral. O FUNDO RURAL iniciava sua atuação no meio rural e o apoiou de forma mais consistente.

Definia-se assim o nosso projeto. Infelizmente, no momento mais crucial, a equipe médica, por uma série de graves e sérias razões desistiu do compromisso, prejudicando bastante a execução do projeto. Foi difícil encontrar outras pessoas com a mesma capacitação e o mesmo idealismo, sendo que o projeto está profundamente ligado à atuação e competência dos médicos. Este foi um grande problema que trouxe grandes prejuízos no desenvolvimento do projeto.

Mas apesar das dificuldades e do atraso verificado, o projeto foi executado e hoje o hospital está construído e equipado, funcionando de forma razoável, já com 4 mini-postos implantados no Município de Anchieta e os restantes do projeto em andamento.

IV. Atividades

Pode-se ter uma visão através do livro "Pensando em saúde", Publicações CRB/MISEREOR, Ano 1979. Páginas 104.

V. Programação

1. Construção do prédio para o mini-posto.

2. Formação da Equipe: médico, assistente social, líder de saúde (da Comunidade), visitadora sanitária (da Comunidade c/ treinamento no Hospital).

3. Atividades básicas: 1 — Educação sanitária (cursos, palestras e visitas da equipe). 2 — Proteção materno-infantil (pré-natal, acompanhamento de parturientes, puérperas, recém-nascidos). 3 — Vacinação (erradicação das doenças transmissíveis na área). 4 — Exames paraclínicos. 5 — Saneamento básico (abastecimento de água, filtro, fossas, etc.). 6 — Atendimento diário da líder de saúde (pronto socorro, medicação, curativos, injeções, etc.). 7 — Disponibilidade da visitadora sanitária. 8 — Assistência médica (individual e comunitária, supervisão dos trabalhos dos demais profissionais). 9 — Atividades comunitárias diversas, em função da educação sanitária.

Cada uma dessas atividades tem suas etapas distintas, não descritas aqui, mas, formando um processo que deverá levar o indivíduo e a Comunidade a uma efetiva participação em todas as atividades.

4. Expansão dos mini-postos:

1. **M. Anchieta:** 1975 — Alto Pongal (245 famílias associadas); 1976 — S. Mateus (180 famílias associadas); 1976 — Jabaquara (270 famílias associadas); 1977 — Belo Horizonte (230 famílias associadas); 1977 — S. Miguel (230 famílias associadas).

2. **M. da Alfredo Chaves:** 1978 — Em estudo com a prefeitura local a implantação de minipostos do CCS do MEPES.

VI. Problemas

1. **Afirmação da Equipe do CCS.** É uma Equipe formada por médicos, assistentes sociais, enfermeiras, líderes de Saúde. Deve estar bem preparada, inteirada dos problemas das Comunidades e, disponível a desenvolver um trabalho de educação da Comunidade, respeitando os tempos de crescimento das mesmas.
2. **Integração da Equipe com os demais agentes de Pastoral.** De grande delicadeza o problema da quali-

ficação "ideológica" da equipe e suas motivações para o trabalho...

3. **Precariedade de recursos humanos e financeiros.** As comunidades são pobres... o Estado também não conta com grandes recursos.

4. **Assunção de responsabilidades por parte das Comunidades locais.** Em geral é árduo trabalho, pois as Comunidades não estão habituadas a um trabalho desta natureza: em conjunto comunitário. É necessário todo um processo de motivação e sustentação da ação conjunta.

2

PROJETO INTEGRADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NORTE DE MINAS, MG

Irmã Maria Olívia

Missionária de Jesus na SS. Eucaristia
Montes Claros, MG

Os objetivos

O Sistema Integrado de Prestação de Serviços de Saúde do Norte de Minas tem como prioridade, além da promoção dos serviços de saúde, a promoção da comunidade. São seus objetivos básicos: Estender a cobertura de serviços de saúde à população. Neste sentido vem organizando programas de saúde relacionados com a prestação de serviços básicos de saúde. Já foi implantada uma rede de unidade de saúde para atendimento à população. Para o desenvolvimento o projeto conta com uma equipe polivalente e assessoria.

Conseguir a participação da população. Aqui existe uma dimensão importante do projeto que permite

a valorização da pessoa humana e da comunidade.

Estrutura e funcionamento do projeto

Existem dois níveis básicos de atendimento: as unidades auxiliares de saúde e as unidades ambulatoriais, num total de 166 unidades e 52 unidades ambulatoriais. Em cada unidade auxiliar existem 2 auxiliares nas unidades ambulatoriais. Apenas na U.A., existe médico. Junto às U.A., estão sendo montados laboratórios.

A base do projeto é o trabalho do auxiliar a nível dos povoados, distritos e bairros periféricos dos mu-

nicípios um mínimo de serviços preventivos e curativos são prestados por esses auxiliares e os casos mais difíceis são encaminhados à unidade ambulatorial instalada na sede dos municípios, onde existe médico. Estes auxiliares prestam um grande serviço à população rural e aos habitantes da periferia das cidades, num trabalho aberto, onde se tem como meta a participação da população.

Esses auxiliares são escolhidos entre pessoas da própria localidade, recebem um treinamento inicial de aproximadamente 45 dias, onde se procura aproveitar e desenvolver os dons e habilidades dos auxiliares. Procura-se que eles tenham uma vivência muito humana e democrática no treinamento para que saibam trabalhar com a comunidade não se considerando superiores, mas colocando seus serviços à disposição.

São orientados pelos monitores e supervisores do Centro Regional de Saúde, e ainda pelos (médicos e auxiliares) das unidades ambulatoriais, durante os períodos de estágios.

O trabalho dos auxiliares

Podemos dividir o trabalho nas unidades em dois grandes grupos: Trabalhos com pessoas individuais na unidade ou com famílias: Cuidados primários (injeções, curativos, distribuição de remédios) visitas domiciliares, etc. Trabalho coletivo ou o trabalho através de grupos: Grupos de gestantes, treinamento e assistência a parteiras-leigas, trabalho com problemas gerais junto à população: saneamento, (água, esgoto, fossa), etc.

O ponto principal do projeto é prevenir a saúde e o trabalho coletivo é muito importante, ainda que seja mais difícil do que o trabalho individual. Não existe um esquema de trabalho pronto. A organização nasce da comunidade, com a comunidade de trabalho, partindo-se da realidade concreta. Daí, o auxiliar tem funções muito importantes:

Não esconder seus conhecimentos, envolvendo no trabalho pessoas e grupos da comunidade, principalmente aquelas que já têm o costume de tratar de problemas de saúde.

Estimular o trabalho coletivo para a resolução de problemas relacionados com a saúde.

Trabalhar junto à população e não para a população.

Sem este espírito participativo de querer partir da realidade concreta de homens concretos, de situações concretas não é possível caminhar para um verdadeiro trabalho comunitário de saúde.

Dimensões que consideramos muito importantes no projeto: O projeto está voltado para atender a uma população carente de todos os recursos e meios de vida. O projeto abre possibilidade para um trabalho com a população, dando condições para o despertar da dignidade humana e enriquecimento da comunidade.

As atividades são desenvolvidas por pessoas simples, da própria comunidade e se procura nos treinamentos e supervisão orientá-las no sentido de servir à comunidade. No treinamento se procura fazer com que seus conhecimentos também sejam valorizados.

Pastoral dentro da saúde pública

Antigamente os trabalhos de assistência à saúde eram isolados uns dos outros. Alguns pensavam que o problema da Saúde Pública era quase único e exclusivo dos Governos. A Igreja trabalhava para um lado, os governos para outro lado, tendo ambos um objetivo comum: combater as causas das doenças; diminuir o número de pessoas doentes; preparar recursos humanos.

A Igreja, representada pelas Congregações religiosas, sempre esteve voltada para o atendimento à saúde, centralizando suas forças e atenções aos Hospitais. Com a transformação profunda, realizada na Igreja na forma do Concílio Vaticano II — Novo Pentecostes da Igreja — como disse o Papa João XXIII, uma nova consciência de Igreja foi desabrochando e os homens foram se dando as mãos na dura luta pela sobrevivência do amor, em gestos de fraternidade e participação.

Hoje, graças às mudanças das estruturas, as Igrejas estão se despertando para a assistência global do homem, sua família e comunidade. Neste sentido, estão sendo canalizados não só recursos financeiros, como também recursos humanos entre Igrejas e governos com a finalidade de maiores perspectivas para trabalharmos em comunidade pelo desenvolvimento global dos homens na busca da verdade, da justiça e do amor. O mundo no qual devemos levar a vida da graça de obedecer a ordem de Cristo: "Ide e evangelizai"... se transforma.

Esse processo de mudanças na orientação da função assistencial da Igreja, que vem acontecendo depois do Concílio, abriu nova caminhada em minha vida profissional, permitindo-me fazer experiências em Saúde Pública (e que foi sempre o meu ideal), experiências essas, bem diversas das vividas anteriormente em Hospitais, embora tenham tido seu devido valor.

Jesus mandou anunciar a Boa Nova de um mundo melhor. Ele mandou anunciar para toda parte, para toda gente. Então vamos olhar para o chão da nossa terra. No chão, ao lado da gente, existem terra seca e minérios: existem fontes de emprego e desemprego. Tem casa bonita e mansões e casas de palhas que, no dizer de Dr. Dario Tavares, casas de palhas só servem para "barbeiro morar". Tem sobretudo gente, gente feliz e gente sofrida. Gente grande e gente pequena. Quantidade de crianças brincando no chão, apanhando doenças no chão, dormindo no chão. Há muitos caminhos no chão da nossa terra do Nosso Norte Mineiro / Caminho de bem e caminho de mal. Precisamos estar ao lado dos leigos, anunciando a Boa Nova de Jesus pelos caminhos de nossa vida, pelo chão de nossa terra. Jesus viveu nessa terra, ele estava sempre atento a cada pessoa, às comunidades e aos acontecimentos.

Hoje, encontro-me, fazendo parte dos funcionários da Secretaria de Estado da Saúde, Centro Regional de Saúde de Montes Claros. Sinto-me feliz, vivendo um apostolado de presença, de obras e de testemunho, tentando caminhar juntos, contribuindo para o desenvolvimento da

comunidade, num esforço de atingir o maior número possível das pessoas da zona rural e periferias dos centros urbanos.

O povo deve considerar a Unidade Ambulatorial ou Posto de Saúde como uma coisa que faz parte de sua comunidade e como tal deve viver em realidade local com seus problemas e suas necessidades e que juntos devem atuar.

As comunidades orientadas pelos auxiliares de saúde, trabalhando em grupos unidos com o mesmo objetivo, sentem a responsabilidade na descoberta de seus próprios valores e lideranças. Algumas delas têm consciência de suas necessidades básicas comunitárias, buscando medidas eficientes para saná-las, pelo menos em parte, muitas vezes sendo de maior envolvimento do que cuidar de alguns indivíduos ou casos isoladamente. Outras estão ainda caminhando em passos mais lentos, mas aos poucos também estão se despertando para os seus direitos humanos. O homem se realiza produzindo sua vida.

Não posso ser apenas enfermeira. Antes de ser uma profissional, sou uma religiosa da Congregação das

Irmãs de "Jesus na Santíssima Eucaristia", trazendo para nossa família religiosa a grande vontade de servir e trabalhar para a Igreja.

As pessoas e comunidades com as quais vivemos em nosso trabalho, procuram e esperam da religiosa ou do religioso algo "diferente" do que esperariam talvez de outros colegas, porque a vida religiosa para o povo em geral é algo de difícil compreensão.

Essa diferença que eles buscam em nós deve ser a "Empatia Evangélica". O sentir com o OUTRO. O heroísmo inspirado no exemplo do Mestre. A graça batismal consagra o homem. Nós, religiosos, fazemos ainda um voto que nos obriga a um maior compromisso. Somos pessoas consagradas a Deus. Essa opção não é feita uma vez somente, mas é renovada no dia a dia na fidelidade do momento presente. Somos a transparência de Deus, pelos dons do Espírito Santo que habita em nós.

Este é o sentido da nossa vida. O melhor hino de ação de graças é nosso trabalho humilde e perseverante, nossa afeição sempre renovada e a nossa atenção voltada para aqueles que mais precisam de nós.

3

PROMOÇÃO HUMANA BANCO DA PROVIDÊNCIA PE. GUILHERME CAMPINA VERDE, MINAS GERAIS

Irmã Ana Rocha, FC
Campina Verde, MG

Trabalho realizado pelas Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo juntamente com os Padres da

Congregação da Missão. População global do Município: aproximadamente dez mil habitantes. Fonte de

renda do município: pecuária e arroz. Sendo a população em número de 10.000 habitantes, um terço da mesma é formado por famílias carentes de recursos, totalmente marginalizadas.

Aconteceu que, com a dificuldade de leis trabalhistas, períodos curtos de lavoura, por causa do clima não favorável, estas famílias foram voltando apenas para a zona urbana da cidade e se alojavam nas periferias em situação precaríssima; casa de pau-a-pique cobertas de capim, num local sem água e sem luz. Daí pode-se concluir a situação de higiene e saúde, verminose, anemia, desnutrição e conseqüente desidratação e suas conseqüências. O nível de mortalidade infantil era grande, e mesmo a saúde do adulto precaríssima, muitos chagásicos, etc.

Nesta altura surgiu a necessidade de um trabalho social, mas naquele momento a única preocupação ou preocupação primeira era sanar a fome para depois ver se conseguia um trabalho de artesanato, procurando ocupar o pessoal.

Criou-se então em 1965 o **Banco da Providência Padre Guilherme** com uma espécie de dispensário onde servia os Pobres com arroz, carne, etc., conseguido através de campanhas com os fazendeiros e a comunidade local. Criou-se a escolinha anexa para alfabetização das crianças, corte e costura, e outros.

Com o passar dos dias, por motivos vários o trabalho resumiu em apenas fornecer alimentos e socorrer com urgências aqueles que se encontravam em péssimas condições de saúde. A vinda de novas famílias

dia a dia crescia assustadoramente, e como a migração era grande demais, mesmo este tipo de assistência foi se tornando impossível. Diante da situação de saúde tentamos acudir, aviando receitas ou levando-os ao hospital. Para isto contávamos com pequenas verbas da Prefeitura, comunidade, voluntários, etc.

Chegamos a um ponto que não era mais possível dar vasão. A tuberculose grassava assustadoramente aproveitando a oportunidade da desnutrição. A lepra e outras doenças pela falta de higiene. A angústia foi então se alastrando cada vez mais nos corações dos cristãos chegando a um ponto que nos movimentos paroquiais não se conseguia refletir outra coisa a não ser a situação. Todos os movimentos tentaram algo, mas sem conseguir grandes soluções. Para o Campinaverdense era como uma ferida, ou melhor um osso atravessado na garganta, um desafio.

Neste vai-e-vem de buscas contínuas surge ao longe uma luz no horizonte. O Conselho Provincial das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo de Belo Horizonte numa preocupação contínua de como servir o mais Pobre numa linha libertadora, viajaram por alguns lugares em busca de uma experiência que talvez nos pudesse dar uma pista. Assim chegaram a Lins, cidade localizada no Estado de São Paulo. Para lá enviaram algumas Irmãs para um possível estágio. E tudo deu certo. Num entrosamento com a Equipe do IPPH de Lins começamos a traçar linhas para um trabalho social organizado integrado à saúde comunitária.

Uma vez montado o projeto e encaminhado à Alemanha foi logo aprovado. A Prefeitura Municipal também deu seu total apoio e não esquecendo o apoio integral da Igreja de Campina Verde. O problema era nosso e por isto toda a comunidade se mostrou envolvida.

O ponto alto do trabalho se inicia no Ambulatório médico. Para a movimentação do mesmo foram formadas Agentes de Saúde que trabalham em conjunto com toda uma equipe formada de Agente Agrícola, técnico educador social, técnico Agrícola, Agrônomo, Assistente Social, Médico, etc.

No ambulatório temos para o atendimento as seguintes repartições:

1. Sala de Envolvimento Social. Enquanto a pessoa aguarda a triagem, consulta médica, e orientação, faz-se todo um trabalho com ela. Tomando seus problemas vamos discutindo, orientando, analisando, e ao mesmo tempo despertando nela a necessidade de higiene corporal, ambiental, dos alimentos. Orientamos sobre a verminose, imunização, tratamento de água seja em trocas de idéias seja com a projeção de slides.

2. Sala de Triagem. Da sala de Envolvimento Social passa-se para a sala de triagem onde a pessoa é colocada bem à vontade, e num clima de acolhimento e abertura procura-se escutar a pessoa; e através de uma conversa se preenche a ficha familiar. Feita esta, faz-se também uma ficha clínica com dados pessoais: temperatura, PA, peso e no mais possível uma anamnese da doença.

Isto ajuda muito ao médico, por ser às vezes um nº grande de atendimentos. Ele completa o necessário, faz os exames complementares e prescreve a receita. Esta, anexada ao prontuário do paciente, é levada à farmácia e em seguida à outra sala.

3. Sala de Orientação. Aqui junto da agente de Saúde é feita novamente toda a orientação de como tomar a medicação, princípios de higiene e já um início de conscientização para a confecção de hortas domiciliares para uma melhor alimentação.

4. Ao lado do ambulatório temos o laboratório para os exames de urina, fezes, e sangue. Aos exames de laboratório damos uma atenção especial, fazendo com que todas as pessoas da família passem pelos exames para que assim também passem por um processo de orientação e educação de higiene, alimentação e prevenção da saúde, criando assim ânimo para o trabalho.

A partir então do Ambulatório o trabalho se dinamiza de uma maneira a atingir toda a família não só na prevenção e educação como também no trabalho orientado de promoção humana. Formação de Agentes voluntários do bairro. Grupos de gestantes com um acompanhamento após o parto, cozinhas experimentais para melhor confecção dos alimentos, devida higiene dos mesmos e aproveitamento. Como fazer uma alimentação mais sadia e nutritiva aproveitando o que tem na sua própria horta ou fazendo troca com a da vizinha. Dá-se então uma orientação e acompanhamento na formação de horta domiciliar.

Na parte de artesanato temos: Corte e costura, pintura, crochê, bordado industrial. Nestas repartições atingimos de 8 anos para cima. O trabalho não é apenas aprender, produzir, mas educar para a transformação do pessoal e do seu ambiente.

Para que a promoção abranja toda a família temos também a formação de roças comunitárias levando-os a descobrir a força de um grupo que se faz irmão. O objetivo é levá-los a viver em comunidade, vivendo seus problemas em comum e juntos reivindicar seus direitos conforme já conseguimos, luz, água, rede de esgoto e urbanização.

Temos também os cursos profissionalizantes com pedreiros, dactilógrafos, costureiras, holericultores conseguidos do SETAS que muito tem nos ajudado no desenvolvimento das famílias. Temos os grupos de Evangelização: Adultos, jovens e crianças numa busca contínua de formação de comunidade.

É importante notar que tudo isto é feito por toda uma equipe bem entrosada, totalmente disponível para este tipo de trabalho uma vez que nosso dia é totalmente tomado jun-

to deles. Embora ainda procurando acertar, uma coisa é certa: Vale a pena lutar pois em tão pouco tempo em que tomamos este trabalho firme e assíduo e muitas vezes duro a gente sente que aquela vila que descrevi no início do relatório não é mais a mesma. Suas casas de tijolos e telhas onde, segundo eles mesmos dizem, onde a gente já pode sorrir um para o outro porque somos uma comunidade, a gente já quer bem a todos.

Vale a pena lutar, uma vez que a mortalidade infantil desapareceu e que o hospital se encontra silencioso com a ausência das crianças que vivas e alegres se encontram com saúde. Vale a pena sentir que os adultos buscam felizes um emprego numa disposição melhor para o seu trabalho. Vale a pena sentir que já somos povo que caminha junto em comunidade, membro da Igreja de Jesus Cristo.

Vale a pena ver que nossos jovens já sentem que são pessoas e correm à procura de colégios para prosseguir seus estudos. Terminando. Vale a pena lutar juntos para uma humanidade mais feliz e, por conseguinte, cheia de Deus.

DITO AOS BISPOS VÁLIDO PARA TODOS

A fé nos diz que Deus não pode deixar de chamar para o ministério e para a consagração religiosa um número de cristãos pelo menos proporcional às necessidades da Igreja. Por outro lado, a simples observação nos mostra que são numerosos hoje no Brasil os jovens tocados por este chamado. Durante minha visita ao Brasil, encontrando tantos jovens ardentes e cheios de vida, muitas vezes rezei ao Senhor da messe que chamasse muitos deles a segui-lo pela estrada do sacerdócio ministerial ou da vida consagrada. Seria minha maior alegria se soubesse que um dos frutos de minha passagem fosse um aumento no número dessas vocações. Mas ao chamado de Deus deve corresponder um esforço das comunidades e particularmente de seus Pastores, para tornar possível a resposta efetiva de muitos a esse chamado.

Não vos paralisem neste esforço nem uma concepção imperfeita e enganosa da promoção dos leigos nem a tentação das fórmulas simplistas ou das soluções de emergência, alheias às conclusões da III Assembléia do Sínodo dos Bispos em 1971 e às claras diretrizes emanadas da Sé Apostólica para a Igreja Latina. A resposta a dar à urgente necessidade de sacerdotes, resposta realmente coerente com o bem da Igreja, não se encontra na abolição do celibato sacerdotal, na ordenação de homens casados ou no retorno ao ministério de sacerdotes que o abandonaram para contrair matrimônio.

Dois aspectos me parecem relevantes neste campo: promover as vocações sacerdotais e religiosas e formar bem os candidatos. Não insisto sobre o primeiro, pois bem sabeis que a crescente promoção dos leigos não dispensa, antes exige, maior presença de sacerdotes. O segundo aspecto não é menos importante e até diria que, se não houvesse a consciência, a vontade e o cuidado de dar aos futuros sacerdotes e religiosos uma séria e acurada formação humana, intelectual, moral, espiritual e apostólica, a promoção vocacional se tornaria um esforço ineficaz e até arriscado para a Igreja. Compreendeis certamente esse pensamento.

Deixai, pois, que o Pastor da Igreja universal vos inculque a firme determinação de:

— aprofundar constantemente nas vossas assembleias a questão das vocações no Brasil;

— criar e sustentar válidos órgãos de promoção das vocações, unindo aos vossos esforços os presbíteros, os religiosos e religiosas e muitos leigos. Seja individualmente, seja em associações particularmente voltadas para esta questão vocacional;

— cultivar as vocações que surgem e investir o melhor na formação mais apurada possível dos vocacionados, tendo presente que, na linha do Concílio e das recentes determinações da Santa Sé, os Seminários são o ambiente propício para a preparação adequada dos futuros presbíteros;

— rezar e fazer rezar intensamente pelas vocações, obedecendo a um explícito preceito do Senhor Jesus: "Rogai ao Senhor da messe" (Mt 9,38).

(Trecho da Carta que o Papa João Paulo II enviou aos Bispos Brasileiros no dia 10 de dezembro de 1980.)